

5. “CIDADANIA ACRÍTICA” NUMA SOCIEDADE DE “BAIXA INFORMAÇÃO”: OS MOÇAMBICANOS NUMA PERSPECTIVA COMPARATIVA

Carlos Shenga e Robert Mattes

Introdução

Moçambique é uma das sociedades mais pobres e mais subdesenvolvidas no mundo. Embora a pobreza e a falta de infra-estruturas tenham muitas consequências sociais e políticas, talvez a mais importante, do ponto de vista do desenvolvimento democrático do país, sejam as limitações que esses obstáculos colocam à capacidade de os seus habitantes actuarem com cidadania plena. Na verdade, mesmo comparados com outras sociedades pobres, os Moçambicanos sofrem de níveis extremamente baixos de educação formal (a taxa de alfabetização entre os adultos é de 46%, comparada com uma média de 61% nos países de baixo rendimento) (World Bank 2008) e níveis extremamente baixos de acesso à informação pública: o país tem apenas 3 jornais para cada 1000 pessoas (em comparação com 44 nos países de baixo rendimento), 14 aparelhos de televisão por cada 1000 pessoas (em comparação com 84) e 44 rádios por 1000 pessoas (comparados com 198) (World Bank 2005: 310-312). Taxas extremamente baixas de educação formal, altos níveis de analfabetismo e um acesso limitado aos órgãos de informação são determinantes nos aspectos centrais da obtenção dos conhecimentos e da informação política que permite aos cidadãos avaliar os desenvolvimentos sociais, económicos e políticos, aprender as regras de funcionamento das sociedades e dos governos, formar opiniões sobre o desempenho político e preocuparem-se com o desenvolvimento da democracia.

Como detalharemos neste trabalho, os dados do Afrobarómetro³¹ demonstram que uma proporção relativamente alta de Moçambicanos é, de facto, incapaz de responder a muitas questões-chave sobre o desempenho do governo ou do regime democrático, ou de demonstrar preferência pelo tipo de regime que Moçambique deveria ter. Os Moçambicanos que são capazes de dar uma opinião revelam altos níveis de confiança e aprovação aos seus dirigentes políticos e instituições e apercebem-se de baixos níveis de corrupção. Dão estas opiniões entusiastas, mesmo quando muitos dos que responderam contaram aos entrevistadores que são críticos em relação ao que o seu governo fez em várias áreas políticas diferentes, que têm grande dificuldade em trabalhar com as instituições governamentais, não estão satisfeitos com a sua situação pessoal e vivem numa pobreza desesperante. Ainda mais importante é que estes Moçambicanos, capazes de dar opiniões, revelam alguns dos mais baixos níveis de cometimento com a democracia medidos pelo Afrobarómetro nos 18 países africanos com sistemas multipartidários que o inquérito cobre. Ao mesmo tempo, os Moçambicanos são dos que, mais provavelmente, dizem que o seu país é democrático. Há, portanto, muitas razões para suspeitar de que os Moçambicanos sobrevalorizam, de forma acrítica, o desempenho do seu novo regime democrático.

Numa análise abrangente da opinião pública em democracias mais antigas, Pippa Norris deu conta da tensão crescente entre as promessas de democracia e a realidade do desempenho das instituições democráticas e da emergência de um número crescente de “cidadãos críticos” ou “democratas insatisfeitos”, que aderem fortemente aos valores democráticos mas consideram que as estruturas actuais de governo representativo, inventadas nos séculos XVIII e XIX, são já insatisfatórias quando nos aproximamos do fim do milénio. (Norris 1999: 3)

Essa “cidadania crítica” requer cidadãos que não ofereçam aos seus dirigentes nem uma “fé cega”, nem uma desconfiança cínica e automática, mas antes um saudável cepticismo (Almond & Verba 1963; Mishler & Rose 1997). Contudo, a combinação de níveis muito altos de confiança dos Moçambicanos nos dirigentes e instituições com níveis muito baixos de cometimento com a democracia significa que eles apresentam precisamente o arquétipo oposto, o da “cidadania acrítica”.

Neste trabalho exploramos até que ponto o padrão de “cidadania acrítica” dos Moçambicanos é resultante do facto de viverem numa “sociedade de baixa informação” (tendo como aspectos primários a falta de escolarização e um acesso limi-

tado a notícias sobre política e assuntos públicos). Enquanto a teoria da modernização citava, classicamente, a educação e o desenvolvimento de capacidades cognitivas como parte de um pacote de “requisitos sociais para a democracia” (junto com a urbanização, a industrialização e o surgimento e expansão da classe média) (Lipset 1959; Almond & Verba 1963; Inkeles & Smith 1974), Geoffrey Evans e Pauline Rose (2007: 2) demonstraram que as provas reais do impacto da educação nas sociedades em desenvolvimento são “surpreendentemente ténues”. E, enquanto há bastantes provas de uma ligação positiva entre a educação e as atitudes pró-democráticas em democracias desenvolvidas mais antigas (bem como evidências crescentes na Europa de Leste)³², alguns cientistas políticos americanos argumentam agora que o papel do conhecimento e das capacidades cognitivas está a ser exagerado. Eles afirmam que as pessoas com pouca informação tendem a atingir as mesmas opiniões políticas e decisões que os bem informados, principalmente porque utilizam um “raciocínio de baixa informação”, usando as experiências pessoais da informação facilmente acessível (como os preços, o desemprego, a construção de casas, etc...) como chaves heurísticas para avaliar o desempenho do governo (Popkin 1994; Lupia & McCubbins 2000). Por outro lado, estudiosos recentes da modernização vêm a educação mais como um “indicador” de segurança material, que é de facto a principal condição de valores pró-democráticos (Inglehart & Welzel 2005).

Mas podemos também considerar algumas explicações alternativas. Questionamos se um tal conjunto de atitudes públicas acríticas pode reflectir não tanto uma falta de educação e de informação, mas o medo criado por 16 anos de guerra civil, o domínio de uma gama de fontes alternativas de informação política pela Frelimo (o partido no governo), bem como os recentes ganhos eleitorais da Frelimo, que ameaçam reforçar o seu domínio eleitoral. Investigamos também se a atitude “acrítica” reflecte um conjunto de orientações, socialmente integradas e culturalmente transmitidas, formadas pela tradição indígena e dois séculos de domínio colonial português, orientações que entram em conflito com, e portanto inibem, a forma como os Moçambicanos aderem aos valores subjacentes à democracia. Finalmente, analisamos até que ponto o sistema eleitoral moçambicano contribui para esta síndrome de atitudes ao remover ligações cognitivas críticas entre os cidadãos e o sistema político.

Conhecimento e avaliações dos Moçambicanos sobre governo e democracia

O nosso principal objectivo neste trabalho é explorar as ligações entre as características-chave de uma “sociedade de baixa informação” – especialmente as escolas e meios de comunicação de massas moçambicanos – e elementos-chave da cidadania democrática. Em particular, estamos interessados em verificar até onde vai a informação política dos Moçambicanos, ou até que ponto são capazes de fornecer um leque de factos políticos básicos e a identidade de dirigentes-chave. Em segundo lugar, pretendemos verificar o grau daquilo a que chamamos “expressão”, ou até que ponto as pessoas são capazes, ou têm vontade, de dar opiniões sobre o regime democrático e o Estado. Em terceiro lugar, queremos verificar aquilo a que aqui chamamos “capacidade crítica”, ou seja, até que ponto os entrevistados, capazes de dar opiniões com substância, dão opiniões negativas ou críticas. Finalmente, como está implícito na introdução, queremos verificar duas dimensões distintas de atitudes populares em relação à democracia: por um lado, a percepção que os Moçambicanos têm da “oferta de democracia” que lhes é dada pelo regime multipartidário e, por outro, até que ponto eles mostram um “comprometimento à democracia”.

Informação política

Até que ponto estão os Moçambicanos conscientes da identidade dos seus dirigentes e do processo político de uma forma geral? Medir o grau de informação dos cidadãos é sempre arriscado. Os resultados diferem, muitas vezes de forma acentuada, dependendo se os pesquisadores pedem aos entrevistados para recordarem certos factos de memória ou para os reconhecerem a partir de uma lista de várias respostas possíveis. Portanto, dado que o Afrobarómetro usa o método da memória, devemos estar conscientes de que os nossos resultados podem subestimar o real nível de consciência.

Os Moçambicanos estão relativamente bem conscientes da identidade do maior partido político do país: 68% foram capazes de indicar o nome da Frelimo como o maior partido, o que coloca o país perto do ponto médio da classificação dos países pelo Afrobarómetro. No entanto, enquanto 73% dos que se identificam com a Frelimo são capazes de dar esta informação, só 56% dos eleitores independentes (os que não se identificam com nenhum partido) e, ainda mais abaixo, 46% dos que se identificam com a oposição são capazes de fazer o mesmo.

No entanto, os Moçambicanos estão relativamente pouco conscientes de vários outros factos políticos chave. Por exemplo, só 1 em cada 5 (20%) – o nível mais baixo de todos os países do Afrobarómetro – foram capazes de dizer aos entrevistadores quantos mandatos é que o Presidente pode cumprir (dois mandatos), com o nível a cair para os 16% nas zonas rurais. Em contraste, 9 em cada 10 Namibianos e Tswanas foram capazes de dar a resposta correcta para o seu país. E apenas 8% (4% nas zonas rurais) foram capazes de dizer aos entrevistadores que era responsabilidade dos tribunais determinar se uma lei é constitucional ou não. Embora este número muito baixo seja similar aos valores medidos em mais de metade dos países do Afrobarómetro, fica muito abaixo dos 45% dos Nigerianos que estavam conscientes do papel dos seus tribunais na revisão judicial.

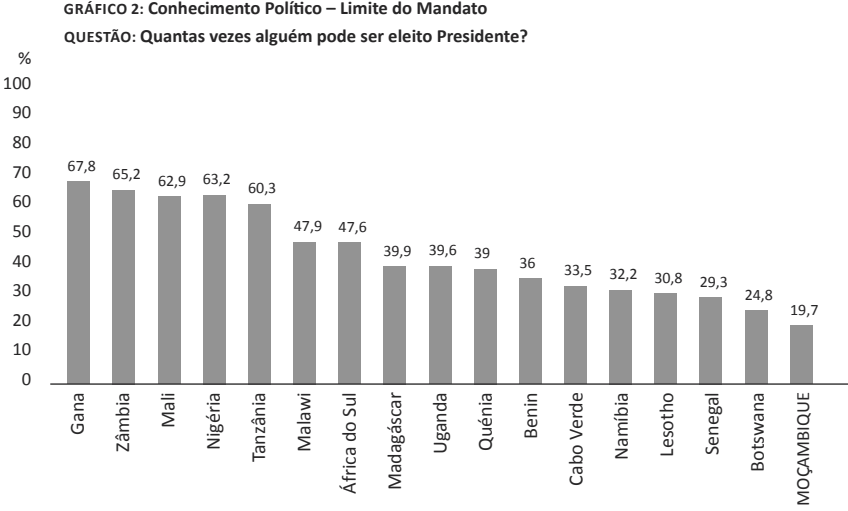
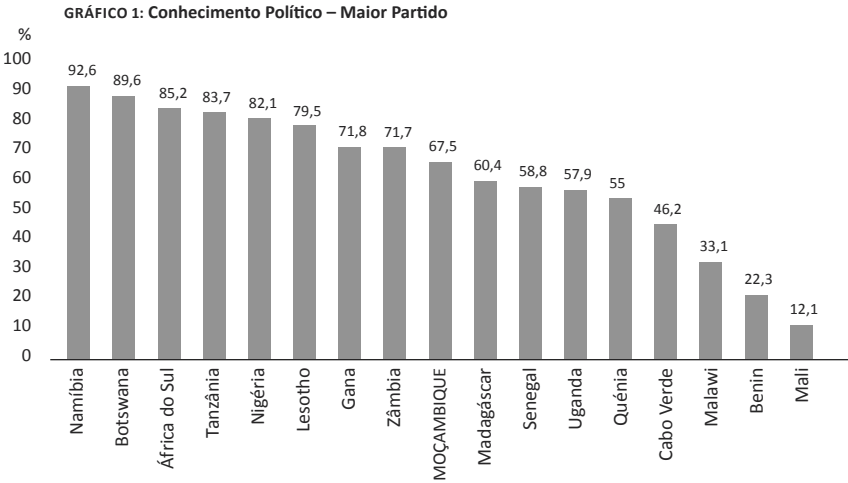
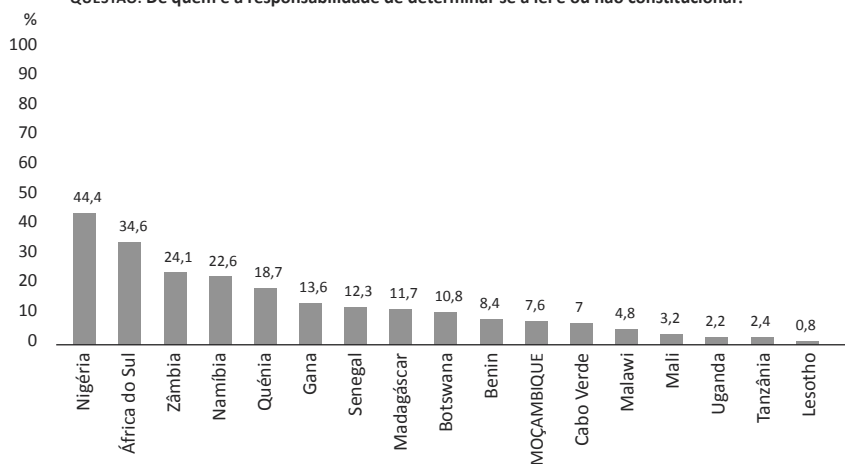
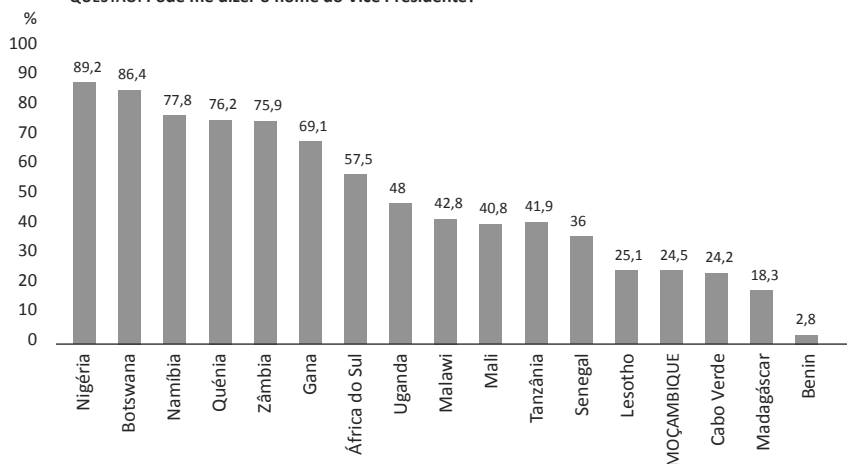


GRÁFICO 3: Conhecimento Político – Papel dos Tribunais**QUESTÃO: De quem é a responsabilidade de determinar se a lei é ou não constitucional?**

Só 1 em cada 4 Moçambicanos foi capaz de fornecer aos entrevistadores o nome correcto do Presidente da Assembleia da República (25%). Os habitantes das cidades conseguiram fazê-lo duas vezes mais (37%) do que os das zonas rurais (15%). Os Moçambicanos também têm das mais baixas taxas de reconhecimento da identidade dos seus deputados e membros das assembleias municipais. Um terço (30%) foi capaz de indicar o nome correcto de um representante local e 1 em cada 10 (13%) foi capaz de indicar correctamente o nome de um deputado representante da sua província (no sistema moçambicano de representação proporcional, os deputados são eleitos em listas provinciais). A informação sobre membros das assembleias locais é relativamente similar independentemente da identificação partidária e do estatuto rural ou urbano, mas o conhecimento da identidade dos deputados não é: 18% das pessoas vivendo em áreas urbanas sabem o nome dos seus deputados em comparação com 10% nas zonas rurais. O impacto da identificação partidária também é o oposto: 21% dos apoiantes da oposição sabe indicar o nome correcto do seu deputado, em comparação com 14% dos que se identificam com a Frelimo e 8% dos independentes.

GRÁFICO 4: Conhecimento sobre Incumbente – Vice-Presidente*

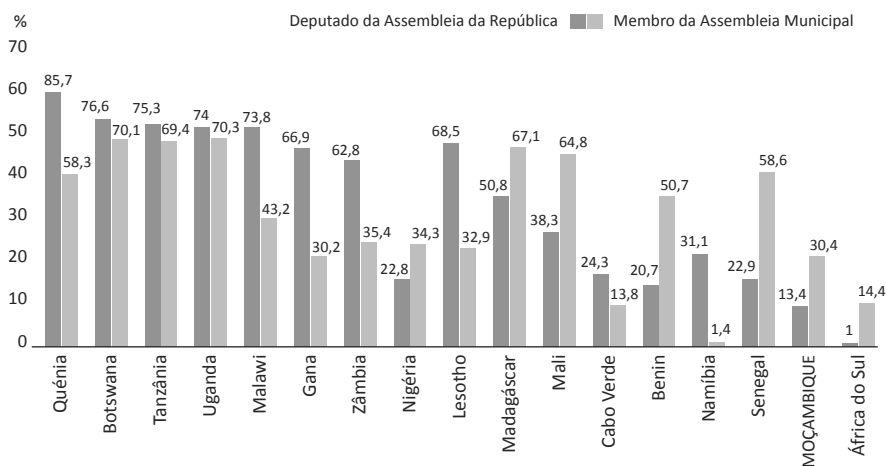
QUESTÃO: Pode me dizer o nome do Vice Presidente?



* O termo Vice-Presidente é, em geral, o usado no questionário do Afrobarómetro. Em Moçambique, a questão foi colocada sobre o Presidente da Assembleia da República.

GRÁFICO 5: Conhecimento sobre Incumbente – Deputado e Membro da Assembleia Municipal

QUESTÃO: Você pode me dizer o nome do seu deputado da Assembleia da República e da Assembleia Municipal?



A partir destas perguntas individuais, podemos construir um indicador aditivo mais alargado que merece confiança e é válido e que vai de 0 a 6, conforme o número de respostas correctas que cada entrevistado consegue dar a estas perguntas.³³ De todos os Moçambicanos entrevistados, 23% foram incapazes de dar uma resposta correcta a uma única das perguntas. O Moçambicano foi capaz, em média, de dar 1,6 respostas correctas às 6 perguntas (com 1,4 nas zonas rurais e 2 nas urbanas), o que coloca o país em terceiro, a partir do fim, à frente de Cabo Verde e também do Benin.

GRÁFICO 6: Respostas Correctas Dadas pelos Moçambicanos para as Questões sobre Identidade do Incumbente e Factos Políticos Chave

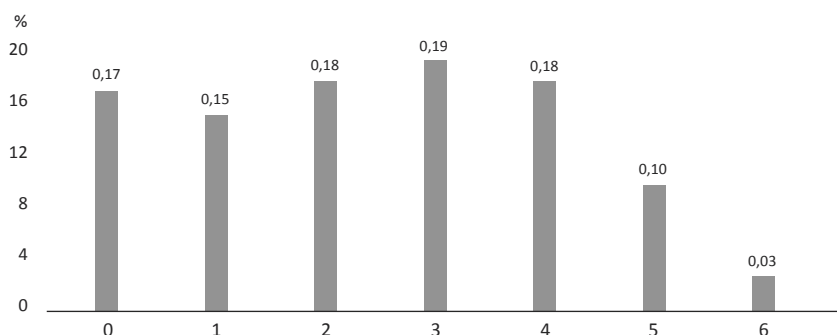
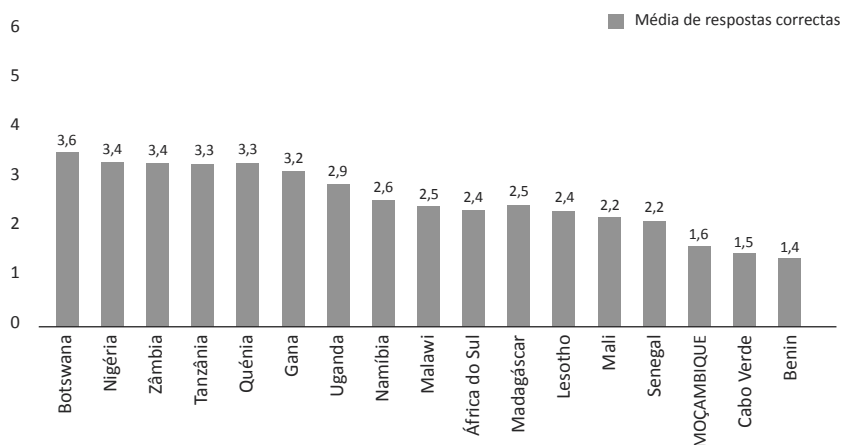


GRÁFICO 7: Conhecimento dos Cidadãos sobre Identidade do Incumbente e Factos Políticos Chave



Expressão

Para além da sua percepção da informação factual sobre o processo político, até que ponto é que os Moçambicanos comuns são capazes de indicar preferências substanciais e opiniões sobre questões-chave sobre democracia e forma de governo? Em grande medida a resposta depende de saber se as pessoas estão a ser interrogadas sobre as suas preferências normativas ou sobre as suas impressões empíricas, bem como a forma, mais próxima ou mais afastada, como a questão afecta as suas vidas pessoais.

Uma observação geral das respostas às perguntas de todo o questionário do inquérito do Afrobarómetro revela que os Moçambicanos têm vontade e são capazes de indicar as suas preferências em relação a valores quando lhes são apresentados os dois lados de um conflito de valores políticos ou sociais. Por exemplo, quando lhes foi perguntado se es-

tavam de acordo com a afirmação A (“As pessoas devem olhar por si próprias e assumirem responsabilidade pelo seu próprio sucesso na vida”) ou a afirmação B (“O governo deveria assumir a maior parte da responsabilidade pelo bem-estar das pessoas”), só 3% responderam que não sabiam e outros 3% disseram que não concordavam nem com uma nem com outra frase. Em nenhum dos muitos assuntos similares contidos no inquérito do Afrobarómetro a soma das percentagens dos que responderam “não sei” ou “não concordo com nenhuma” foi acima dos 15% e, em muitos casos, ficou abaixo dos 10%.

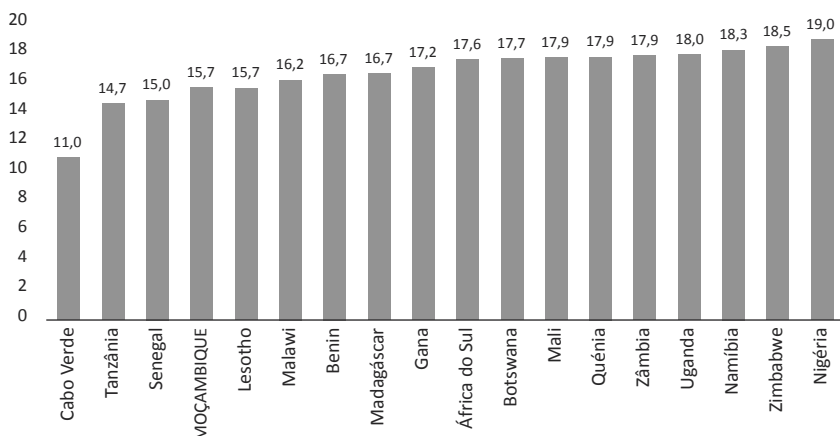
No entanto, as pessoas eram muito menos capazes de indicar os seus valores quando a pergunta ou não fornecia uma escolha equilibrada de alternativas de “escolha obrigatória” ou quando a pergunta lidava com um conceito mais abstracto, como democracia. Portanto, quando lhes era perguntado se aprovavam ou desaprovavam um leque de alternativas não democráticas às eleições multipartidárias, 16% dos Moçambicanos não tinham opinião sobre a possibilidade de um governo militar e 1 em cada 5 (19%) foi incapaz de dar uma opinião quando se levantou a questão de abolir as eleições e o parlamento para permitir uma ditadura presidencial. Ao mesmo tempo, um quarto (24%) não tinha opinião sobre se a democracia era preferível a todas as outras formas de governo. Na realidade o termo “democracia” não é familiar a uma significativa proporção da população. Enquanto só 8% simplesmente não tinha uma resposta com opinião à pergunta: “Democracia significa para si alguma coisa?”, 20% admitiu que não compreendiam a palavra “democracia”, quer em português, quer traduzida para a língua local.

Em contraste, os Moçambicanos são capazes de fazer avaliações sobre um leque de tendências económicas ou sobre o desempenho do governo em questões que afectam directamente as suas vidas pessoais. Por exemplo, só 1% não foi capaz de responder aos entrevistadores sobre as suas reais condições de vida, e só 5% não foi capaz de dar uma opinião sobre a presente situação da economia nacional. Mas o número dos que não eram capazes de dar uma opinião sobre as condições políticas e económicas subia, de forma consistente e substancial, quando o assunto da pergunta se distanciava das necessidades diárias do inquirido. Por exemplo, 12% não foi capaz de julgar o desempenho do Presidente Armando Guebuza, a figura dominante da política moçambicana (embora, no momento do inquérito, Guebuza só estivesse no cargo há 5 meses); 1 em cada 5 (19%) não foi capaz de dar uma opinião sobre o desempenho do parlamento; 1 em cada 3 (29%) não foi capaz de julgar o desempenho dos seus governos municipais; 1 em cada 5 não foi capaz de dizer se os deputados do Parlamento (18%) ou os representantes locais (21%) “fazem os possíveis para ouvir aquilo que pessoas como você têm para dizer”.

E, à medida que nos aproximamos de instituições mais remotas ou de questões sensíveis, as percentagens sobem ainda mais. Um quarto (24%) foi incapaz de dizer de que forma o sistema eleitoral do país agiu para permitir às pessoas substituir maus dirigentes ou garantir que os deputados reflectam a opinião pública. Pelo menos 1 em cada 4 foi incapaz (ou não quis) de dar uma opinião sobre quantos funcionários da Presidência (26%), deputados do Parlamento (26%), membros da assembleia municipal (26%) ou vereadores (30%) estariam envolvidos em corrupção, subindo as percentagens até 30% em relação a juizes e magistrados. E, se só 10% foi incapaz de dar uma opinião sobre se as eleições de 2004 foram livres e justas, 16% não foi capaz de quantificar o seu real nível de satisfação com o modo como a democracia funciona e 21% não foi capaz de quantificar o nível da democracia no país.

Para comparar de uma forma eficiente a capacidade dos Moçambicanos de dar opiniões com outros Africanos, criámos duas medidas válidas e consistentes para examinar até que ponto os inquiridos dão as suas opiniões (quer positivas, quer negativas). O primeiro indicador junta simplesmente o número de opiniões substantivas (positivas e negativas) que os entrevistados foram capazes de dar em relação a 20 perguntas acerca da quantidade de democracia (a liberdade e justiça das eleições, a satisfação com a democracia e a extensão da democracia) fornecida e sobre a quantidade de boa governação fornecida (a extensão da corrupção oficial, a capacidade de resposta dos representantes eleitos, até que ponto o sistema eleitoral produz responsabilização e, em geral, o desempenho dos dirigentes no poder).³⁴ Com base nisto, os Moçambicanos caem para muito abaixo da média do Afrobarómetro (quarto a partir de baixo) em termos de serem capazes de dar opiniões sobre a boa governação e a democracia disponíveis (16,3 de um total possível de 24).

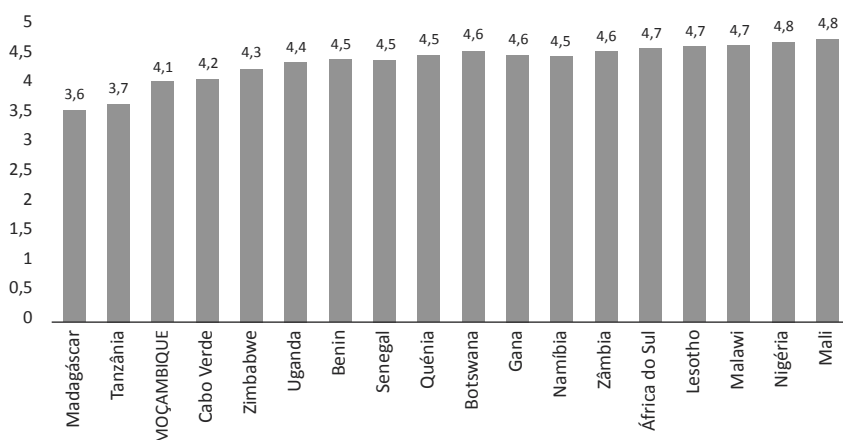
GRÁFICO 8: Expressão sobre Democracia e Desempenho do Governo



■ Média das questões (no total de 20) onde os respondentes foram capazes de responder sobre oferta de democracia, corrupção, satisfação com a governação, desempenho do incumbente, condução das últimas eleições e o grau de "accountability" do governo

O segundo indicador mede a capacidade das pessoas de dizer aos entrevistadores se exigem ou não democracia, verificando se sim ou não, os entrevistados foram capazes de dar um significado de democracia e definir preferências entre a democracia e alternativas não democráticas em 5 questões do inquérito.³⁵ Nestes termos, os Moçambicanos foram classificados em terceiro a partir de baixo entre os 18 países do Afrobarómetro (com 4,1 entre 5 perguntas possíveis).

GRÁFICO 9: Expressão das Preferências sobre Democracia



■ Média das questões (no total de 5) onde os respondentes foram capazes de exprimir preferências sobre democracia

Criticismo

Não só muitos Moçambicanos são incapazes, ou não querem, dar opiniões, como que aqueles que dão sejam críticos em relação ao desempenho do regime multipartidário, das instituições e dos dirigentes. Por exemplo, 8 em cada 10 entrevistados disseram que confiam no Presidente (81%) e aprovavam o seu desempenho nos 12 meses anteriores (81%). E três quartos disseram que confiam no Parlamento (75%). Não só os Moçambicanos muito provavelmente expressam mais confiança do que desconfiância, como muito provavelmente mostram uma confiança total nos seus dirigentes políticos, escolhendo o tipo de categoria de resposta mais extremo possível. Dois terços de todos os entrevistados (67%) disseram que confiavam “muito”, enquanto só 14% confiavam nele “bastante”. Este padrão também se aplicava à opinião pública sobre o

Parlamento (56% confiavam “muito” nele e só 19% “bastante”. Na verdade, por cada instituição sobre a qual o Afrobarómetro fez perguntas, as respostas, mais do que de confiança qualificada, foram de total confiança.³⁶

Os níveis de aprovação do desempenho do governo em áreas políticas específicas foram relativamente baixos, mas ainda altos em termos absolutos, indo dos 70% de aprovação do trabalho do governo na Saúde e na Educação (com criação de emprego, manutenção da estabilidade dos preços e o combate ao HIV-SIDA, todos a receberem acima dos 60% de aprovação) até aos 42% de aprovação na questão de diminuir as diferenças de rendimento. E, embora quer a Transparency International (2006), quer o Banco Mundial considerem Moçambique como um dos países mais corruptos do mundo, uma percentagem relativamente modesta de 19% dos Moçambicanos sente que “muitos” ou “todos” os funcionários do governo estão envolvidos em corrupção.

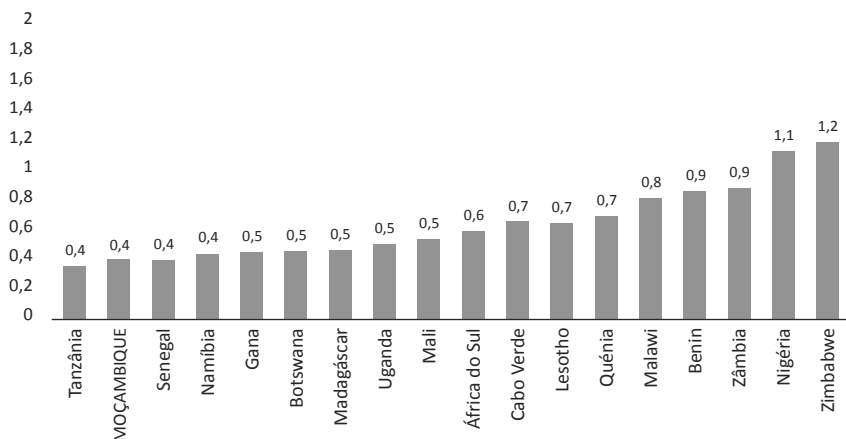
No entanto, estes altos níveis de confiança nos dirigentes políticos co-existem com opiniões relativamente críticas sobre um leque de outras questões. Por exemplo, enquanto 61% disseram que aprovavam a acção do governo na criação de novos empregos, 68% também disseram que as oportunidades de trabalho se tinham tornado piores nos últimos anos. E, mesmo se 59% deu ao governo nota positiva pela gestão da economia, 4 em cada 10 (40%) concordaram que “os programas económicos do governo têm prejudicado a maioria das pessoas e apenas algumas beneficiam” e 51% disse que o fosso entre os ricos e os pobres aumentou.

Mas, de uma forma geral, as respostas populares revelaram um padrão de contradição interna, no qual as pessoas exprimiram confiança em instituições apesar do seu mau desempenho. Três quartos (71%) das pessoas disseram que confiavam na Polícia, mesmo se 4 em cada 10 (40%) tivessem dito que era “difícil” ou “muito difícil” conseguir ajuda da Polícia, e outros 17% indicaram que, nos 12 meses anteriores, tinham sido vítimas de exigências por parte de polícias de um suborno ou um favor. Por outro lado, 65% disse que confiava no seu governo local, embora só 57% aprovasse, de uma forma geral, o seu desempenho e só 40% dissesse que o seu governo local mantinha “razoavelmente”, “mal”, ou “muito mal” as estradas e 34% dissesse que o governo local estava a fazer um mau trabalho na manutenção da comunidade limpa.

Dado aquilo que vimos na secção anterior, o rácio entre respostas positivas-negativas seria ainda maior se excluíssemos os entrevistados incapazes de dar uma opinião substantiva. De facto, criámos uma escala que mede o equilíbrio de opiniões

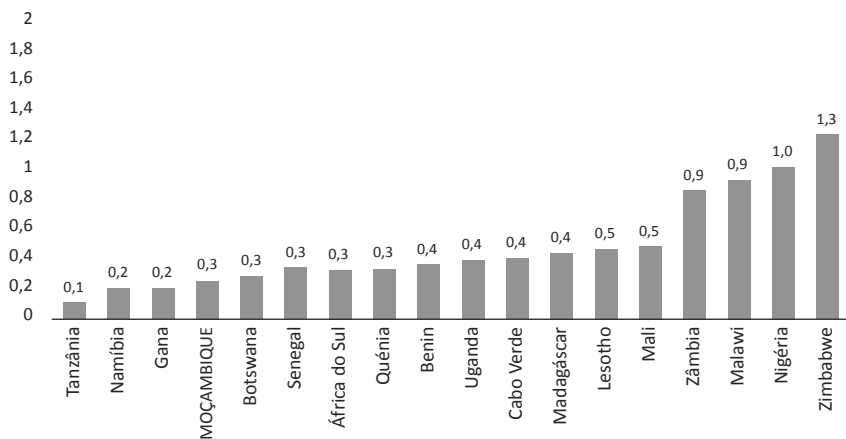
positivas em confronto com as negativas, apenas entre aqueles que deram uma opinião. Vistas as coisas nestes termos, os Moçambicanos ficam colocados em segundo lugar a partir do fim entre os 18 países em termos da sua propensão para dar opiniões críticas sobre a boa governação existente³⁷ e Moçambique é um dos quatro piores países em termos de dar opiniões críticas sobre a democracia existente³⁸.

GRÁFICO 10: Opiniões Críticas sobre o Desempenho Político



■ Índice de Expressão de desconfiança ou avaliação crítica de política pública e desempenho do incumbente (0 = Positivas, 1 = Negativas, 2 = Muito Negativas)

GRÁFICO 11: Opiniões Críticas sobre Democracia



■ Índice de crítica sobre o estado da democracia (0 = Positivo, 1 = Negativo, 2 = Muito Negativo)

Democracia: oferta e cometimento

Na sequência de um trabalho anterior (Bratton, Mattes & Gyimah-Boadi 2005; Mattes & Bratton 2007), verificámos até que ponto os Moçambicanos sentem que vivem numa democracia e também medimos até que ponto os Moçambicanos dizem que querem viver numa democracia. Do lado da oferta, os Moçambicanos sentem que têm um grau relativamente alto de democracia no seu país hoje. Três quartos dos Moçambicanos disseram aos entrevistadores que as eleições de 2004 foram ou “completamente livres e justas” (57%) ou “justas e livres, mas com alguns problemas menores” (20%). E três quartos acreditam que o país é “uma democracia completa” (35%) ou “uma democracia, mas com problemas menores” (29%). Três em cada cinco ou estavam “muito” (31%) ou “bastante satisfeitos” (28%) com a forma como a democracia funciona em Moçambique.

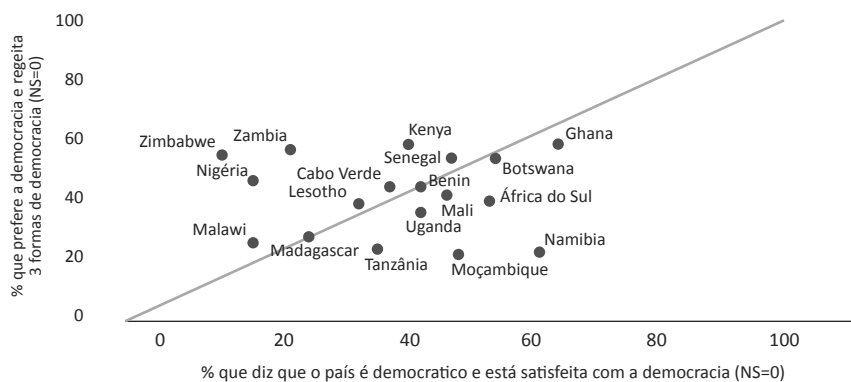
Do lado do cometimento, contudo, minorias significativamente grandes – e, algumas vezes, a maioria – de Moçambicanos continuam a não aspirar a um governo democrático. Enquanto 80% concorda que “devemos escolher os nossos dirigentes através de eleições regulares, abertas e honestas”, eles ainda não assumiram completamente a necessidade de eleições multipartidárias. Um terço (33%) concorda, numa pergunta separada, com a declaração de que “os partidos políticos criam divisão e confusão; é, portanto, desnecessário ter muitos partidos políticos em Moçambique”. Igualmente, um terço (33%) aprova uma forma alternativa de governo onde “apenas um partido político é autorizado a concorrer em eleições e a governar”.

Muitos Moçambicanos sentem-se bastante confortáveis com a ideia de dirigentes muito fortes, mesmo ditatoriais. Um terço (34%) concorda que “porque o Presidente foi eleito para liderar o país, não devia ser obrigado por leis ou decisões do tribunal que ele considera erradas”; quatro em cada dez (42%) aprovariam um sistema alternativo de governo do país em que “as eleições e a Assembleia da República são extintas para que o Presidente decida tudo”; e um em cada cinco (19%) aprovaria uma alternativa em que “o exército governa o país”.

Nós desenvolvemos escalas válidas e credíveis de oferta e cometimento a partir de partes destes itens. Do lado da oferta calculámos a percentagem de pessoas que pensam que estão a viver em democracia e estão satisfeitas com a forma como essa democracia funciona. Um pouco menos de metade de todos os Moçambicanos podia ser classificado como sentindo-se “completamente satisfeito” (48%). Este valor só fica atrás do

Ghana (64%), da Namíbia (61%), do Botswana (54%) e da África do Sul (53%)³⁹. Do lado do cometimento calculámos a percentagem de pessoas que rejeitam a ditadura presidencial, um governo militar ou um governo de partido único e preferem a democracia a formas não democráticas de governo⁴⁰. Por estas medidas, apenas um quarto (27%) dos Moçambicanos pode ser considerado como “democratas convictos”. Em agudo contraste com as percepções da oferta, em que os Moçambicanos têm alguns dos níveis mais altos de África, estes números colocam-nos no nível mais baixo entre os 18 países do Afrobarómetro, sem distinção possível em termos estatísticos dos 24% dos Namíbios que são democratas convictos. Obviamente, há muitos Moçambicanos que pensam que vivem numa democracia, mas fazem-no a partir de uma perspectiva de não estarem terrivelmente preocupados sobre se querem ou não viver numa.

GRÁFICO 12: A Consolidação de Regimes Africanos, 2005



Como se defendeu no início deste trabalho, Norris (1999: 3) documentou o crescimento de “cidadãos críticos” nas democracias ocidentais, isto é, pessoas que apoiam a democracia mas, cada vez mais, sentem que a estrutura existente de governo não é suficiente. Em contraste, a combinação de muito altos níveis de confiança nos dirigentes e instituições com muito baixos níveis de cometimento com a democracia demonstra que os Moçambicanos apresentam precisamente o arquétipo oposto: o de “cidadãos acríticos”. Para operacionalizar o conceito de cidadão crítico, criámos uma medida média individual para saber se um entrevistado recebeu ou não o nível de democracia que desejava, verificando os pontos médios de cada pessoa, quer para a oferta quer para o cometimento (numa escala de 0 a 4) e subtraímos os pontos da oferta dos do cometimento.

Isto faz sobressair uma nova pontuação que vai de +4 (indicando um democrata agudamente crítico, que quer profundamente a democracia mas não recebe nenhuma democracia) até -4 (indicando um cidadão completamente acrítico, passivo, que não tem absolutamente nenhum desejo de democracia mas sente que o seu país é completamente democrático). No conjunto dos 18 países e 21.500 entrevistados, a média é +0,61 (com um desvio padrão de 1,5) indicando que o Africano médio quer ligeiramente mais democracia do que pensa que está a receber. Isto indica também que uma grande proporção de respostas gera pontuações abaixo de 0, significando que esses entrevistados sentem que a democracia que recebem é superior aos seus desejos. O moçambicano médio, contudo, tem uma pontuação de -0,55, a mais baixa dos 18 países, embora os Namíbios estejam estatisticamente empatados, com -0,50.

Níveis de consciência cognitiva dos Moçambicanos em relação à política

A parte restante deste trabalho vai focar as relações entre a natureza de “baixa informação” da sociedade moçambicana e o seu perfil, relativamente distinto, de atitudes públicas em relação à governação e à democracia. Para o fazer, começamos por descrever vários elementos constitutivos de um conceito alargado a que, noutra local, chamámos “consciência cognitiva” sobre a política e a democracia (Bratton, Mattes & Gyimah-Boadi 2005; Mattes & Bratton, 2007). A consciência cognitiva não só inclui a quantidade de informação que as pessoas possuem sobre política e democracia, mas também a sua exposição à informação através de fontes típicas, tais como a rádio, a televisão e órgãos de informação impressos, ou através de fontes alternativas, tais como amigos e vizinhos, as associações a que pertencem e os dirigentes comunitários com os quais estão em contacto; inclui também as capacidades cognitivas adquiridas através da educação formal ou, alternativamente, através de um interesse permanente pela política e debates regulares interpessoais sobre política, que forneçam motivação para adquirir e processar informação.

Educação formal

Começamos por examinar as instituições sociais básicas que fornecem à sociedade as capacidades cognitivas com as quais ela pode adquirir e processar informação: o sis-

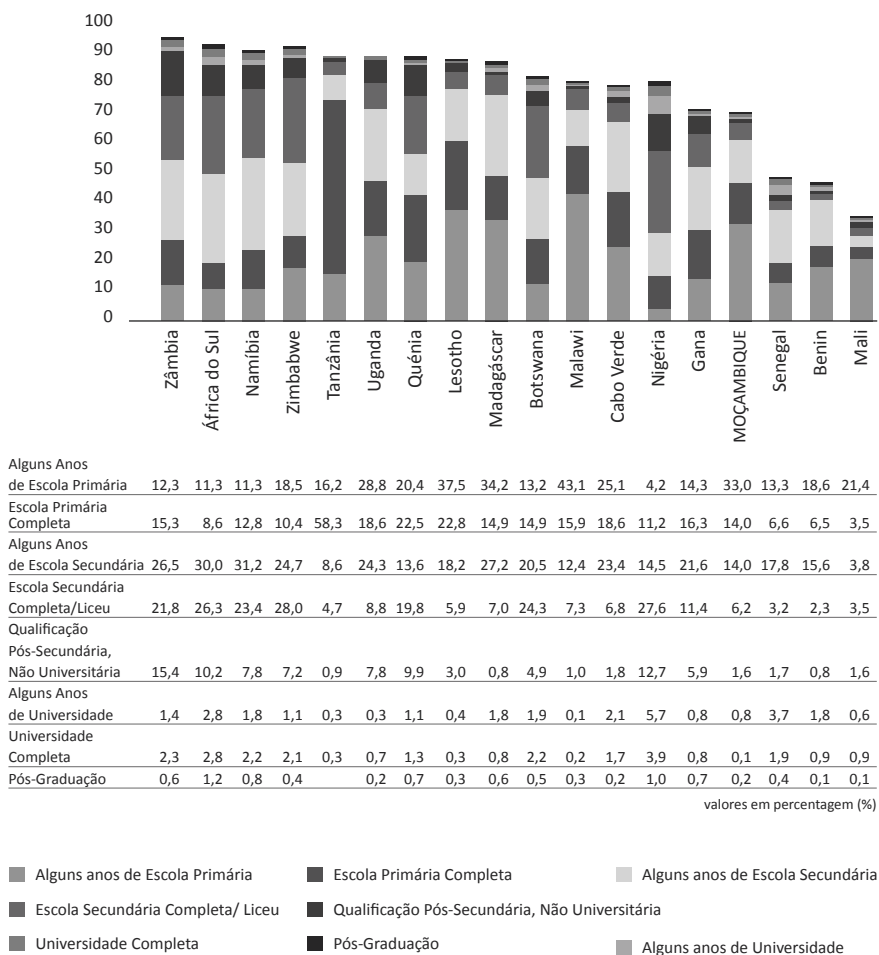
tema escolar. Até que ponto beneficiaram os cidadãos Moçambicanos de educação formal? Os resultados da pesquisa indicam que Moçambique tem o nível mais baixo de escolaridade entre a sua população adulta na África Austral, e um dos mais baixos em África. Em meados de 2005, 28% de todos os Moçambicanos adultos disseram que não tinham nenhuma escolaridade formal (embora 8% dissessem que tinham tido alguma forma de escolaridade informal).⁴¹ Um em cada três (33%) só teve escola primária incompleta, 14% terminou a escola primária e só um em cada 10 adultos completou a escola secundária. Um total de 3% foi para além da escola secundária, mas apenas 0.03% completou a educação superior.

Isto é claramente um reflexo da herança do colonialismo português que só dava aos africanos a educação primária, em escolas católicas, que exigiam que os africanos abandonassem os seus nomes próprios em troca de um nome português, e se convertessem ao catolicismo.⁴² Só os europeus, asiáticos e alguns africanos “assimilados” conseguiam frequentar as escolas secundárias.⁴³ Esta situação foi ainda mais exacerbada após a independência pelos 16 anos de uma guerra civil brutal que destruiu muita da infra-estrutura educacional existente.⁴⁴

No entanto, estas estatísticas também mostram algumas boas notícias. Em primeiro lugar, enquanto 28% desta amostra de cidadãos com 18 anos ou mais não tinham educação formal, em 2005, outros analistas estimaram que, ainda em 2000, 64% da população com 15 anos ou mais não tinha nenhuma escolaridade (Barro & Lee 2000). A tendência de melhoria aguda implícita nestes dados é, na verdade, visível nos dados do Afrobarómetro quando fazemos a desagregação por idades. Embora nenhum dos números seja tão alto como estas estimativas, este mostra que 48% das pessoas com idades entre os 56 e 65 anos não tinha educação formal, enquanto apenas 15% dos com idades entre 18 e 24 entram na mesma categoria.

Embora o nível de educação em Moçambique seja o mais baixo da África Austral, continua a ser consideravelmente mais alto que no Benin, no Mali e no Senegal (embora cerca de 1 em cada 5 Senegaleses e Malianos digam que tiveram escolaridade informal).⁴⁵ Constatamos, contudo, que os cidadãos desses três países são consistentemente muito mais capazes de dar opiniões, fazer avaliações críticas e exigir democracia do que os Moçambicanos.

GRÁFICO 13: Acesso a Educação Formal
QUESTÃO: Qual o nível de educação mais alto você completou?



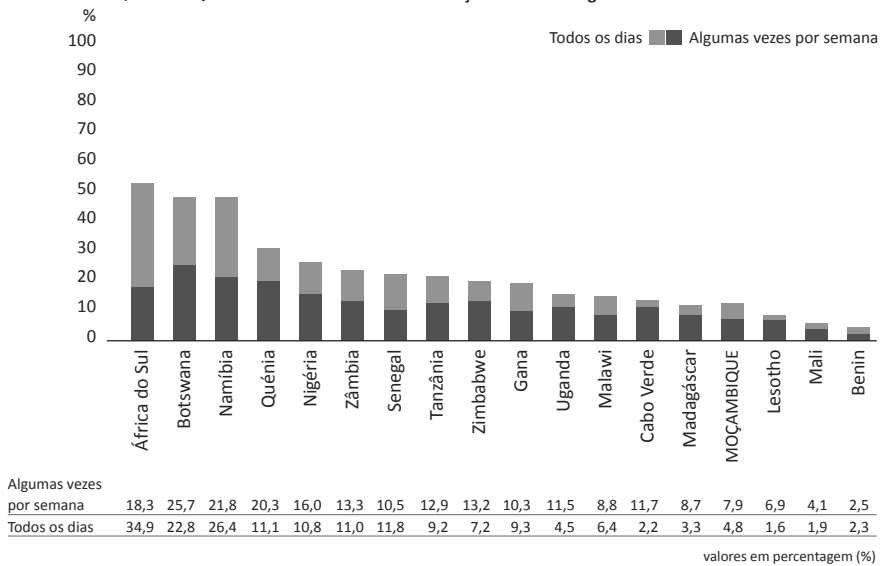
Uso dos órgãos de informação

Os Moçambicanos adultos não só possuem baixos níveis de educação formal, como também têm taxas muito baixas de acesso e uso de órgãos de informação formal. Só 13% lêem regularmente jornais (8% todos os dias e 5% algumas vezes por semana). Um número que só excede o Lesotho, o Benin e o Mali. Mais uma vez, muito disto reflecte a herança que o Estado colonial português legou a Moçambique com uma rede de órgãos de informação muito fraca. Embora o país tenha agora um maior pluralismo

nos órgãos de informação do que antes, poucas pessoas têm acesso aos jornais. Segundo o Banco Mundial, em 2000, Moçambique tinha apenas 3 jornais diários por cada 1000 pessoas, significativamente abaixo da média na África sub-sahariana de 12; mais alto do que o Mali (1) mas muito abaixo do Ghana (14), da Zâmbia (22), do Botswana (25) ou da África do Sul (26) (World Bank, 2005: 312-313). Para além disso, muito poucos jornais são distribuídos fora das capitais provinciais, deixando muitas vilas, localidades e as áreas rurais sem nenhum acesso à imprensa escrita. Enquanto 1 em cada 5 moradores nas cidades (23%) lê regularmente jornais, isso só acontece com 5% dos cidadãos rurais.

GRÁFICO 14: Leitura de Jornais

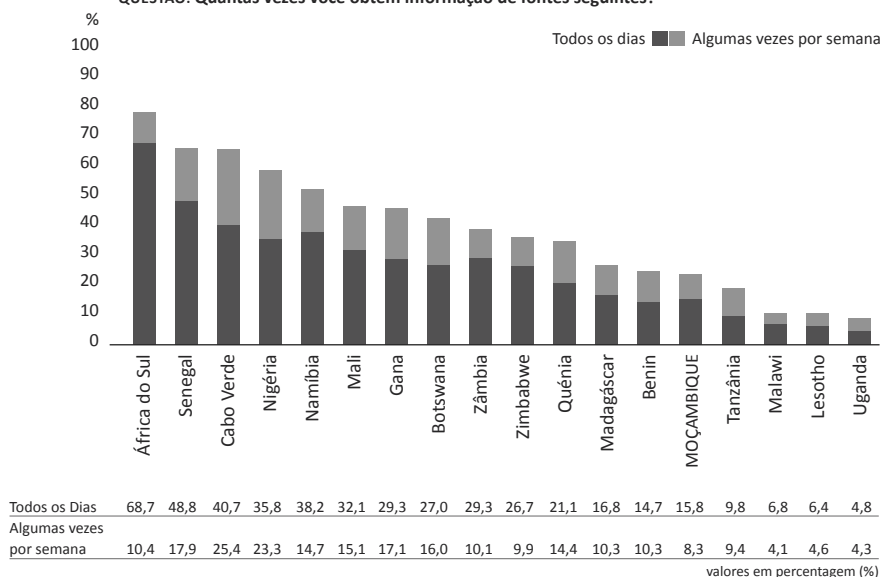
QUESTÃO: Quantas vezes você obtém informação de fontes seguintes?



Só um quarto diz que assiste, regularmente, a programas noticiosos na televisão (16% todos os dias e 8% algumas vezes por semana). Esta proporção é mais baixa do que em todos os outros países onde se fez a pesquisa, excepto a Tanzânia, o Malawi, o Lesotho e o Uganda. A televisão só foi introduzida em Moçambique em 1982, com uma única estação, pública, acessível apenas na área de Maputo. O acesso foi alargado, em 1994, para atingir a segunda cidade do país (Beira) e chega agora às cidades capitais provinciais e a algumas vilas e localidades. De acordo com isto, 44% dos habitantes das áreas urbanas disse que recebe regularmente notícias através da televisão, em com-

paração com apenas 9% nas zonas rurais. O acesso à televisão é também limitado pelo preço dos aparelhos: Só 19% dos Moçambicanos diz que possui uma televisão e muitos deles vivem nas cidades (32% vive em áreas urbanas e só 9% nas áreas rurais).

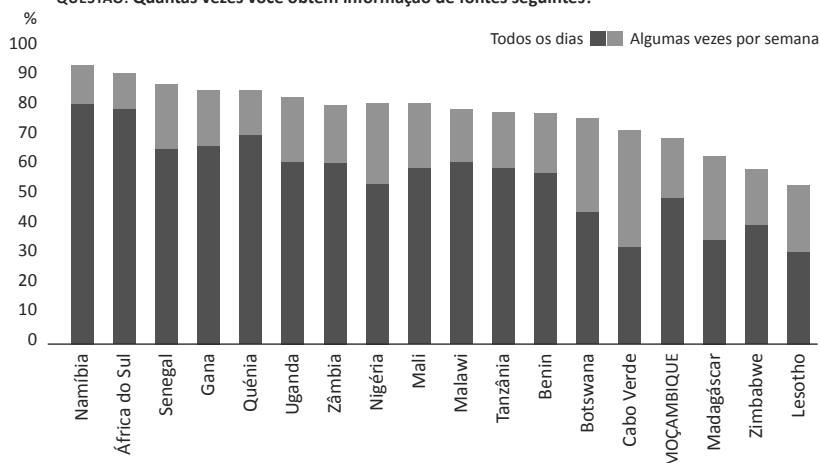
GRÁFICO 15: Notícias Televisivas
QUESTÃO: Quantas vezes você obtém informação de fontes seguitas?



As estações de rádio, públicas e privadas, em Moçambique são, de longe, os meios de comunicação mais acessíveis e largamente utilizados. No entanto, embora dois terços de todos os Moçambicanos adultos digam que ouvem notícias através da rádio, quer diariamente (49%) quer algumas vezes por semana (21%), este número só está acima de Madagáscar, Zimbábue e Lesotho. A audição de rádio é limitada pela existência de estações de rádio. A única estação de rádio que quase cobre completamente o país (Rádio Moçambique) é propriedade do Estado. As rádios comunitárias são propriedade quer do Estado, quer de organizações da sociedade civil. Muitas áreas rurais continuam sem nenhuma cobertura de rádio. Mas a audição é também limitada pela existência de aparelhos de rádio a preço acessível. Só dois terços (66%) disseram que possuem um rádio, muito abaixo dos 81% dos Sul-africanos e, talvez surpreendentemente, dos 80% dos Senegaleses e Malgaches que dizem ter um.

GRÁFICO 16: Notícias de Rádio

QUESTÃO: Quantas vezes você obtém informação de fontes seguintes?



Todos os Dias	80,8	78,9	65,5	66,8	70,2	61,3	60,8	53,9	58,9	61,3	59,0	57,5	44,0	32,1	48,8	35,2	39,9	31,3
Algumas vezes por semana	13,1	12,1	22,2	18,5	15,3	22,0	19,8	26,9	22,3	18,0	19,3	20,2	32,0	39,7	20,5	28,1	19,0	22,1

valores em percentagem (%)

Envolvimento cognitivo

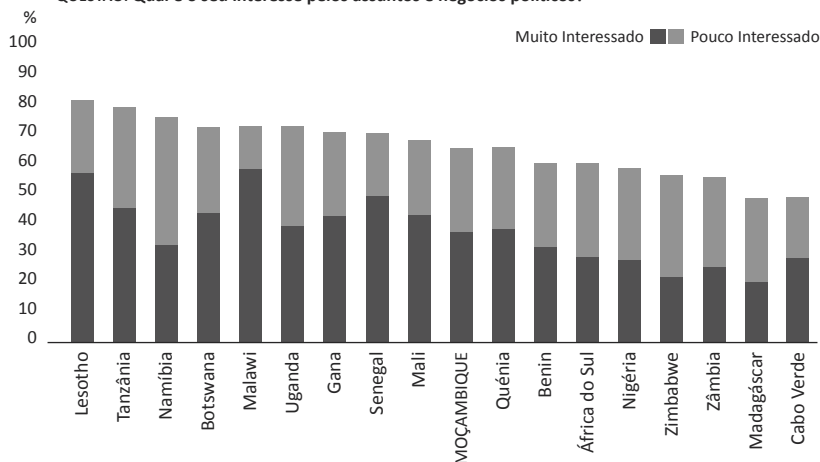
Vimos até aqui que relativamente poucos Moçambicanos são regularmente expostos a notícias sobre política e assuntos públicos, através dos órgãos de informação impressos ou electrónicos. No entanto, mesmo se um grande número fosse regularmente exposto, também verificámos que poucas pessoas têm a capacidade cognitiva avançada, dada pela educação formal, que lhes permitiria processar e interpretar a informação sobre questões públicas fornecida pelos órgãos de informação. É possível, contudo, que alguns cidadãos consigam ultrapassar este deficit em educação e informação. Na ausência de uma educação formal e de órgãos de informação, eles podem permanecer mentalmente envolvidos na política e nos assuntos públicos, mantendo um interesse activo e conversando regularmente sobre política com os seus cônjuges, famílias, vizinhos ou colegas de trabalho, acrescentando as suas experiências às dos outros (Richardson & Beck, 2006).

Os dados do Afrobarómetro sugerem que as pessoas que vivem numa “sociedade de baixa informação”, como Moçambique, ainda podem manter-se relativamente envolvidos no processo político. Dois terços dos entrevistados disseram que tinham ou “muito interesse” (38%), ou “algum interesse” (29%) na política e questões públicas.

Outros dois terços disseram que falam sobre política com amigos e com a família “frequentemente” (25%) ou “de vez em quando” (43%). Ambas as percentagens colocam os Moçambicanos perto da média dos países do Afrobarómetro.

GRÁFICO 17: Interesse pela Política

QUESTÃO: Qual é o seu interesse pelos assuntos e negócios políticos?

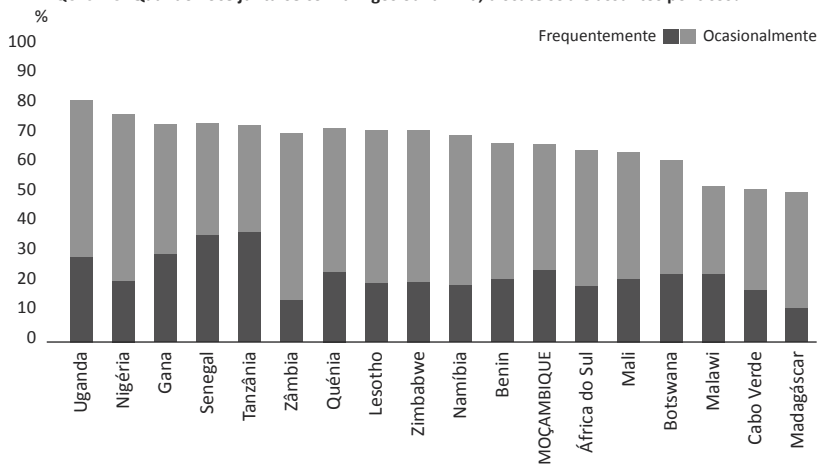


Muito Interessado	57,8	45,8	33,2	44,1	58,8	39,8	42,9	49,8	43,2	37,5	38,7	32,6	29,1	27,9	22,3	25,4	20,5	28,6
Pouco Interessado	24,5	34,2	43,5	29,2	15,0	33,9	28,6	21,3	25,6	28,5	27,8	28,6	32,2	31,5	34,4	30,8	28,4	20,8

valores em percentagem (%)

GRÁFICO 18: Discussão de Assuntos Políticos

QUESTÃO: Quando você junta-se com amigos ou família, discute sobre assuntos políticos?



Frequentemente	28,8	20,7	29,5	36,2	37,5	14,4	23,9	20,0	20,3	19,3	21,3	24,5	18,8	21,2	23,0	23,0	17,3	11,7
Ocasionalmente	53,5	56,3	44,6	38,1	35,7	56,8	48,1	52,0	51,8	50,9	46,1	42,8	46,3	43,5	38,9	29,8	34,6	39,0

valores em percentagem (%)

Fontes alternativas de informação e domínio do Estado

Os cidadãos de uma “sociedade de baixa informação”, como é Moçambique, não só têm meios alternativos para desenvolver capacidades políticas cognitivas, como também podem ter acesso a informação política por outras fontes, para além dos órgãos de informação. Podem obter informações importantes sobre o grande mundo político através das associações secundárias a que aderem, ou dos dirigentes do governo ou comunitários com quem entram em contacto. No entanto, num país como Moçambique, nem todas estas fontes alternativas de informação são iguais, principalmente no grau em que contribuem para a cidadania democrática. O ambiente informativo específico onde as pessoas obtêm a sua informação pode ter um efeito importante nas atitudes políticas que podem conduzir, mais ou menos, à consolidação da democracia. Gunther, Montero e Torcal (2006), por exemplo, colocam o foco na natureza da intermediação numa grande variedade de sistemas democráticos, distinguindo entre intermediários no fornecimento de informação que são explicitamente partidários e aqueles que são ostensivamente apolíticos e não partidários. Contudo, uma distinção diferente pode discriminar entre fontes de informação formais e alternativas alinhadas com o Estado ou partido no poder e aquelas que se mantêm relativamente independentes. (Shenga 2007).

Isto é particularmente relevante num país como Moçambique onde o partido no poder e os funcionários governamentais têm estado, nos últimos anos, a afastar o regime político da democracia (Shenga 2007). Moçambique regrediu na classificação da Freedom House de uma “democracia eleitoral” para aquilo a que Diamond (2002) chamou de um regime “ambíguo”. As liberdades são limitadas e a corrupção é elevada (Transparency International 2005; Freedom House 2005). Dirigentes de organizações e funcionários do partido ou do Estado, que estão a subverter, activamente, a qualidade da democracia, provavelmente transmitirão aos seus membros e simpatizantes mensagens em detrimento da democracia.

Por outro lado, dirigentes influentes da comunidade e funcionários dos partidos da oposição, que permanecem fora da órbita do controlo estatal, mais provavelmente transmitirão mensagens que melhor conduzam à formação de atitudes positivas em relação à democracia. Mais provavelmente serão críticos sobre a conduta do governo e, mais provavelmente, desejarão produtos políticos como prestação de contas, competição, legalidade e participação inclusiva, quanto mais não seja como forma para atingirem os seus próprios objectivos políticos.

A difícil questão particular em Moçambique é que não só os seus cidadãos possuem relativamente baixos níveis de informação sobre questões políticas, mas as três décadas de monopólio do poder político formal pelo partido Frelimo, de orientação marxista (primeiro através de um sistema explícito de partido único e, depois, através de um domínio crescente do sistema eleitoral em multipartidarismo) significam que a informação disponível sobre as questões públicas é muitas vezes transmitida por, ou através de, fontes que são tudo menos fontes de uma informação independente e crítica.

Em primeiro lugar, uma grande parte dos órgãos de informação de transmissão electrónica e impressa está sob o controlo do Estado: já mencionámos a Rádio Moçambique, mas a principal estação de televisão (TVM) e os maiores diários (Notícias, Diário de Moçambique) e semanário (Domingo) também são controlados pelo Estado.⁴⁶ No entanto, existem alguns jornais independentes (tais como o Savana, Zambeze e O País) com uma circulação significativa. Em segundo lugar, uma parte significativa da sociedade civil, explícita ou implicitamente, alinha-se pelo Estado. Por exemplo, os principais sindicatos (tais como a Organização dos Trabalhadores Moçambicanos – Central Sindical (OTM-CS) são explicitamente pró-governo, tendo sido criados, dominados ou historicamente favorecidos pela Frelimo. A comunidade de negócios também é largamente pró-governo, consistindo numa significativa proporção da velha elite burocrática do partido-Estado da Frelimo que, desde então, se aproveitou das suas posições e agora é dona ou gestora das empresas recentemente privatizadas que, muitas vezes, beneficiam de empréstimos bancários, concedidos a juros nominais ou pura e simplesmente sem que se espere de todo o pagamento. O “principal capital” desta comunidade “é precisamente a sua ligação à Frelimo e ao seu Estado” (Pereira e Shenga 2005: 56). Dessa forma, os cidadãos filiados a esse tipo de organizações têm uma maior probabilidade de receberem uma informação favorável ao Estado do que crítica dele.

O leque de dirigentes da comunidade, do partido ou do Estado, através dos quais os cidadãos normalmente podem aprender alguma coisa sobre a política está, muito provavelmente, alinhado com o sistema de partido-Estado da Frelimo. Isto aplica-se não só ao grupo típico de funcionários do partido Frelimo e dos ministérios, mas também aos membros dos governos locais e dirigentes tradicionais. Embora haja um saudável (embora em declínio) número de deputados da oposição, que os cidadãos podem contactar, o sistema eleitoral (representação proporcional em listas provinciais) reduz os incentivos quer dos deputados, quer dos cidadãos para contactarem uns com os outros. Os deputados devem agradar aos chefes do partido e não aos cidadãos, e os cida-

dãos acabam por descobrir que os deputados têm uma capacidade limitada de fornecer bens, ou de transformar as suas preferências em políticas públicas efectivas. E, dado que a Renamo boicotou as primeiras eleições realizadas no país para os municípios, em 1998, devido a irregularidades no recenseamento dos eleitores, a oposição tem estado mal representada nas assembleias municipais. Não houve absolutamente nenhum deputado municipal da oposição em todo o país, de 1999 a 2003, embora alguns independentes tenham ganho lugares na cidade de Maputo. A partir de 2003 a Renamo controlou apenas 4 dos 33 municípios. Portanto, qualquer informação sobre política e democracia obtida através de contactos com representantes localmente eleitos, muito provavelmente, terá a marca da Frelimo. Os dirigentes tradicionais também cobram os impostos locais e foram oficialmente reconhecidos através do decreto 15/2000 como representantes da administração pública ao nível da comunidade.

Por outro lado, as organizações religiosas, de desenvolvimento comunitário ou de entre-ajuda são mais independentes e menos dominadas pelo Estado. Portanto, os Moçambicanos não só têm relativamente baixos níveis de acesso ao desenvolvimento de capacidades cognitivas e às fontes habituais de informação política nos órgãos de informação, como também têm maior probabilidade do que outros Africanos de receber a pouca informação que recebem de fontes alinhadas com o Estado.

Pertença a associações secundárias

Vamos agora estabelecer o número de Moçambicanos que podem ser capazes de ultrapassar o deficit de educação formal e exposição aos órgãos de informação aderindo e interagindo com associações secundárias ou contactando dirigentes comunitários e políticos. Começamos por examinar a filiação em organizações da sociedade civil. Um número significativo de pessoas pertence ao tipo de associações cívicas que, em Moçambique, muito provavelmente estão alinhadas com o Estado. Uma em cada quatro está filiada ou num sindicato ou numa associação de agricultores (com 12% de participantes activos e 1% de dirigentes oficiais) e uns surpreendentes 16%, que afirmam estar filiados num grupo profissional ou comercial (com 8% de participantes activos e 1% de dirigentes oficiais). Ambos os números colocam Moçambique perto da média dos países do Afrobarómetro.

GRÁFICO 19: Filiação Activa: Sindicato ou Associação de Agricultores

QUESTÃO: Agora vou lhe ler uma lista de grupos que pessoas se juntam ou participam:
Para cada uma deles, diga-me se você é um líder oficial, membro activo, membro inactivo, ou não membro.

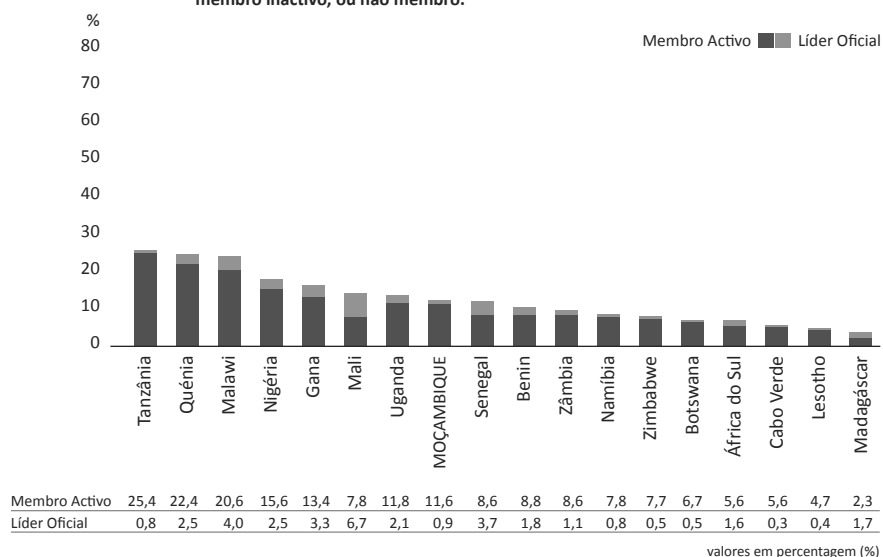
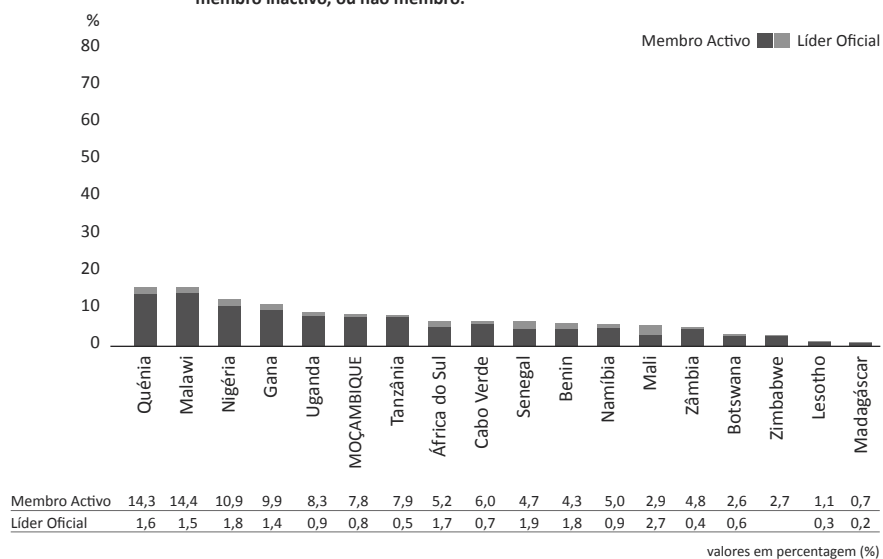


GRÁFICO 20: Filiação Activa: Associação Profissional ou Comercial

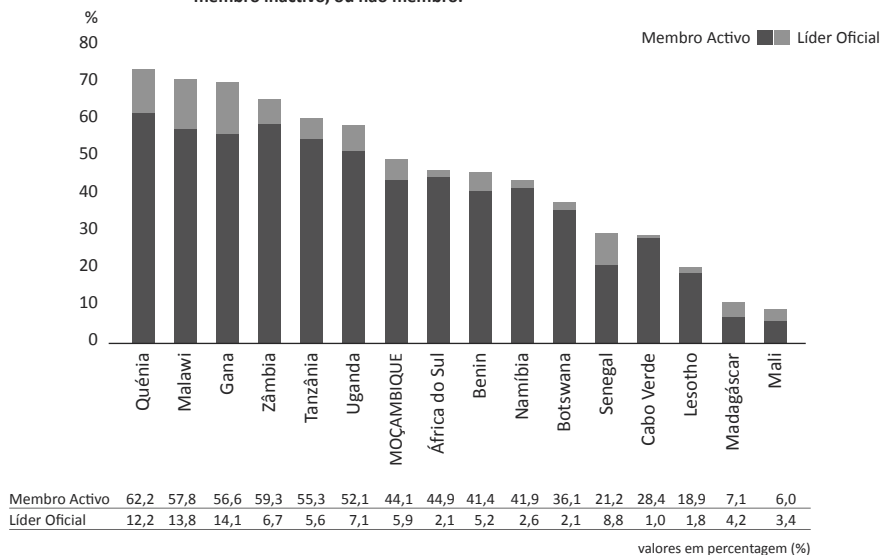
QUESTÃO: Agora vou lhe ler uma lista de grupos que pessoas se juntam ou participam:
Para cada uma deles, diga-me se você é um líder oficial, membro activo, membro inactivo, ou não membro.



Mas uma proporção muito maior (81%) dos Moçambicanos disse aos entrevistadores que estavam filiados num qualquer tipo de associação religiosa. Enquanto cerca de um terço (31%) se caracteriza como “participantes inactivos”, 44% dizem que são activos nesses grupos, e outros 6% dizem que são dirigentes oficiais. Isso também coloca Moçambique na média dos países do Afrobarómetro.

GRÁFICO 21: Filiação Activa: Organizações Religiosas

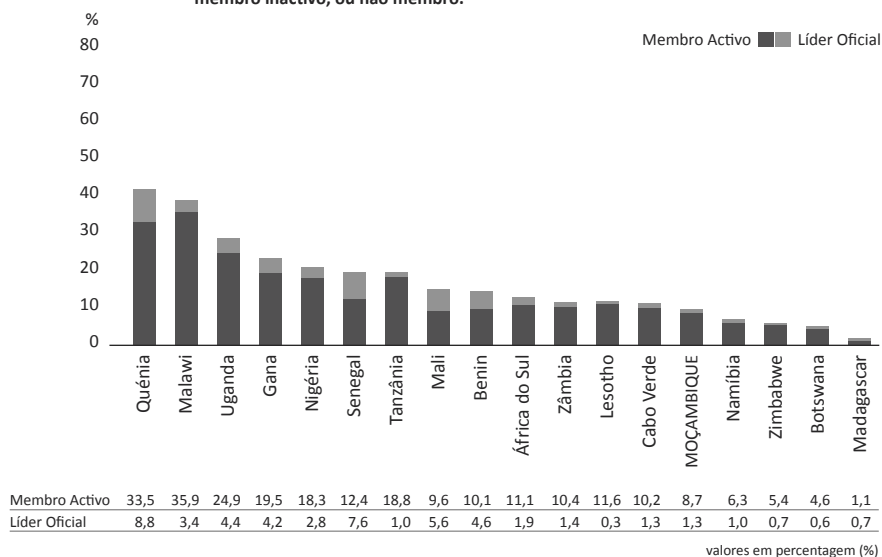
QUESTÃO: Agora vou lhe ler uma lista de grupos que pessoas se juntam ou participam: Para cada uma deles, diga-me se você é um líder oficial, membro activo, membro inactivo, ou não membro.



Só um em cinco (19%) disseram estar de alguma forma filiados num grupo envolvido em questões de desenvolvimento da comunidade e só um em cada dez é activo (9% de participantes activos e 1% de dirigentes) Estes números colocam Moçambique na metade mais baixa dos nossos 18 países e são duas vezes mais baixos do que lugares como a Tanzânia, o Senegal e a Nigéria e quatro vezes mais baixos que o Quênia e o Malawi.

GRÁFICO 22: Filiação Activa: Organizações de Desenvolvimento da Comunidade

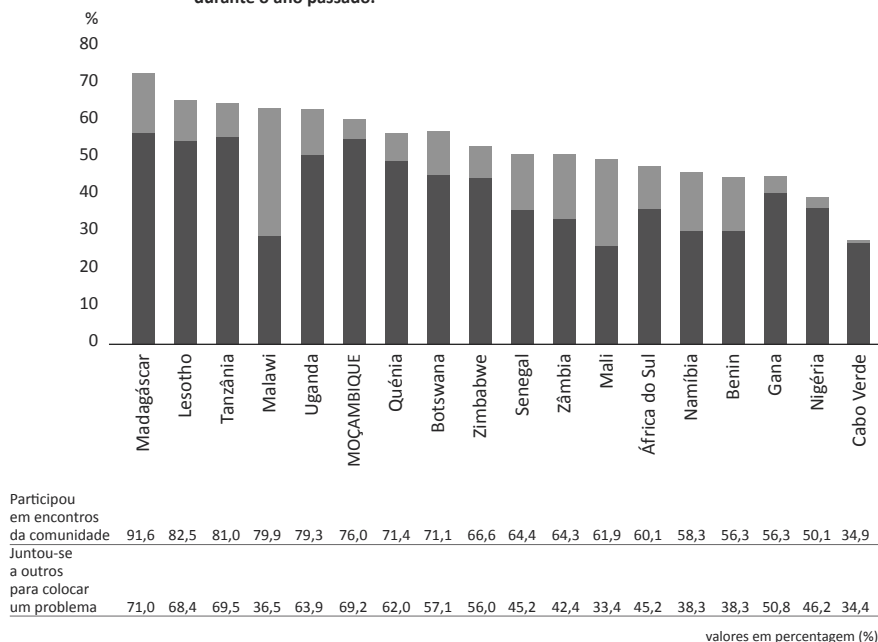
QUESTÃO: Agora vou lhe ler uma lista de grupos que pessoas se juntam ou participam: Para cada uma delas, diga-me se você é um líder oficial, membro activo, membro inactivo, ou não membro.



Mas, sem olharmos ao facto de serem ou não formalmente participantes de alguma associação organizada, três quartos dos Moçambicanos (76%) dizem que estiveram presentes num encontro da comunidade durante o ano anterior (com 37% a dizer que o fizeram “muitas vezes”) e outros 69% reportaram “terem-se reunido com outros para tratar de algum assunto” (28% fizeram-no “muitas vezes”). Este último número está próximo de Madagáscar nos níveis mais altos de participação comunitária. Portanto, não parece haver evidências de qualquer predisposição inveterada contra um envolvimento nas questões comunitárias.

GRÁFICO 23: Participação em Encontros Comunitários e Iniciativas Cidadãs

QUESTÃO: Aqui eis uma lista de acções que pessoas às vezes tomam como cidadãos. Para cada um delas, por favor diga-me se você, pessoalmente, fez alguma dessas coisas durante o ano passado.



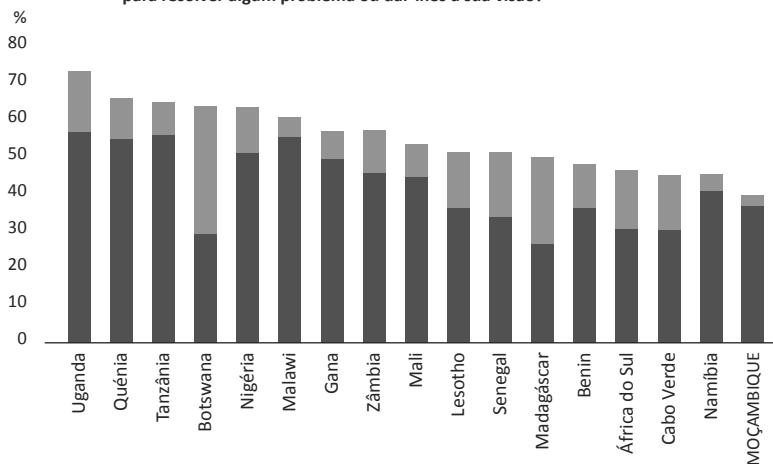
Juntou-se a outros para colocar um problema ■ Participou em encontros da comunidade

Contacto com dirigentes comunitários e políticos

E até que ponto é que os Moçambicanos são capazes de obter informação falando com dirigentes políticos ou comunitários? A resposta é “não muito”, se olharmos para a questão em termos de dirigentes eleitos. Os Moçambicanos têm níveis extremamente baixos de contacto com dirigentes eleitos. Têm a mais baixa taxa de contacto com veedores de todos os 18 países do Afrobarómetro (só 9% tinha contactado um durante o ano anterior). E só 7% dos Moçambicanos disse que tinha contactado um deputado, o que os coloca nas mais baixas posições na escala, com o Benin (6%), a África do Sul (5%) e Madagáscar (5%).

GRÁFICO 24: Contacto Público com os Eleitos

QUESTÃO: Durante o ano passado, quantas vezes você contactou algumas das pessoas seguintes para resolver algum problema ou dar-lhes a sua visão?



Membro da Assembleia	Uganda	Quênia	Tanzânia	Botswana	Nigéria	Malawi	Gana	Zâmbia	Mali	Lesotho	Senegal	Madagáscar	Benin	África do Sul	Cabo Verde	Namíbia	MOÇAMBIQUE
Membro da Assembleia Municipal	62,0	35,0	29,0	26,0	19,0	18,0	14,0	20,0	29,0	27,0	25,0	18,0	21,0	23,0	16,0	17,0	9,0
Deputado da Assembleia da República	13,0	16,0	17,0	12,0	8,0	12,0	16,0	12,0	9,0	16,0	11,0	5,0	6,0	5,0	9,0	9,0	7,0

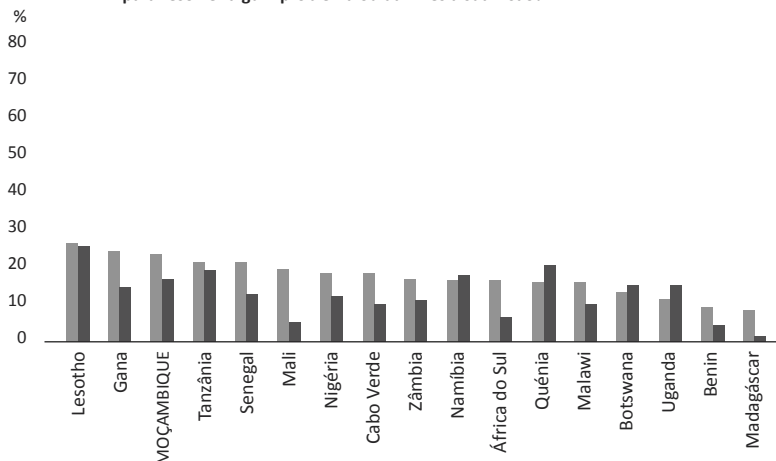
valores em percentagem (%)

Membros da Assembleia Municipal ■ Deputado da Assembleia da República

No entanto, quando se trata de dirigentes não eleitos, os Moçambicanos têm níveis relativamente altos de contacto. Um em cada cinco entrevistados (21%) disseram que tinham contactado pelo menos uma vez com um dirigente de um partido político durante o ano transacto (7% fê-lo “muitas vezes”) o que, estatisticamente, coloca Moçambique perto do Lesotho (23%) que apresenta a taxa mais alta registada pelo Afrobarómetro. E 15% disse que tinha feito pelo menos um contacto com um funcionário de um ministério (com 4% “muitas vezes”). Os apoiantes da Frelimo têm mais probabilidades de terem contactado representantes eleitos: 9% contactaram um vereador ou membro da assembleia municipal, (comparados com 6% para a oposição, e 16% tiveram um contacto com funcionários do governo ou dos ministérios (o dobro dos elementos que apoiam a oposição, 7%). É interessante que não há diferença entre os contactos com funcionários partidários entre apoiantes da oposição (23%) ou da Frelimo (22%).

GRÁFICO 26: Contacto Público com Funcionários do Governo e com os Partidos

QUESTÃO: Durante o ano passado, quantas vezes você contactou algumas das pessoas seguintes para resolver algum problema ou dar-lhes a sua visão?



	Lesoto	Gana	MOÇAMBIQUE	Tanzânia	Senegal	Mali	Nigéria	Cabo Verde	Zâmbia	Namíbia	África do Sul	Quênia	Malawi	Botswana	Uganda	Benin	Madagáscar
Funcionário de partido político	23,3	21,4	20,9	18,8	18,5	17,0	16,1	16,1	14,8	14,5	14,3	14,0	13,9	11,8	9,8	8,0	7,3
Funcionário do Governo/Ministério	22,8	12,8	14,7	16,8	11,1	4,3	10,7	8,8	9,9	15,9	5,8	18,2	8,9	13,3	13,5	3,7	1,0

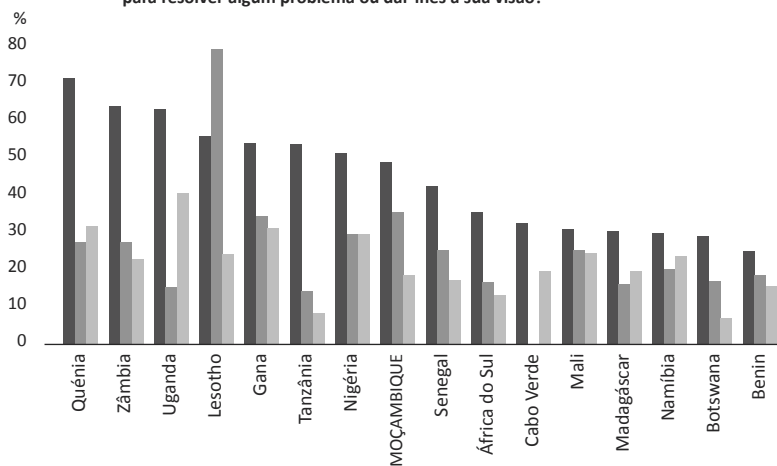
valores em percentagem (%)

Funcionário de Partido Político ■ Funcionário do Governo/Ministério

A taxa de contactos dos Moçambicanos com dirigentes comunitários anda à volta da média do Afrobarómetro. Uma pessoa em cada duas (53%) disse que tinha contactado um dirigente religioso pelo menos uma vez durante o ano anterior (com 19% a fazê-lo “muitas vezes”), um em cada três (31%) contactou um dirigente tradicional (13% “muitas vezes”) e 17% tinha contactado outro dirigente comunitário (6% “muitas vezes”). Os dirigentes tradicionais são mais provavelmente a instituição com quem os moradores das zonas rurais (36%) mais contactam, ao contrário das suas contrapartes urbanas (24%).

GRÁFICO 26: Contacto Público com Líderes Comunitários

QUESTÃO: Durante o ano passado, quantas vezes você contactou algumas das pessoas seguintes para resolver algum problema ou dar-lhes a sua visão?



Líder religioso	63,0	56,5	55,8	49,5	47,7	47,5	45,2	43,2	37,3	31,4	28,7	27,3	26,8	26,2	25,7	22,3
Líder tradicional	24,2	24,3	13,5	70,6	30,3	12,6	26,0	31,3	22,4	14,8	22,3	14,3	17,8	15,0	16,3	
Outro líder comunitário	27,9	20,1	35,9	21,3	27,4	7,5	26,0	16,5	15,3	11,7	17,4	21,6	17,3	21,0	6,3	13,9

valores em percentagem (%)

■ Líder religioso ■ Líder tradicional ■ Outro líder comunitário

Em resumo, vimos que muito poucos Moçambicanos adultos tiveram alguma escolaridade substancial, e nem pensar em ensino secundário ou universitário. E, para além da rádio, pequenas minorias têm uma exposição regular a notícias sobre política ou questões públicas. No entanto, ao mesmo tempo, estão relativamente motivados para se envolverem no processo político, pelo interesse e através de debates interpessoais.

Enquanto uma maioria pertence a um grupo religioso, apenas pequenas minorias pertencem a associações comunitárias, sindicatos ou grupos de empresários. No entanto, grandes maiorias dizem que estiveram presentes num encontro da comunidade e se reuniram com outros para conseguir alguma coisa na sua comunidade. E, enquanto muito pequenas proporções entraram em contacto com dirigentes eleitos, minorias maiores conseguiram estar com dirigentes do governo ou partidários e um relativamente grande número de pessoas está em contacto com dirigentes comunitários, muitos de forma muito regular.

Relacionando a consciência cognitiva com a cidadania democrática em Moçambique

Enquanto a primeira parte deste trabalho descreveu quatro aspectos cognitivos separados da cidadania democrática (informação política, expressão, criticismo e atitudes em relação à democracia), esta parte final tenta explicar essas atitudes, focando primeiro o papel da educação formal e do uso dos órgãos de informação e considerando, depois, um leque de explicações alternativas tais como valores, medo político, desenvolvimentos políticos e económicos recentes e o sistema eleitoral.

Papel da consciência cognitiva

Usámos uma série de modelos de regressão múltiplos para verificar até que ponto o padrão distinto de atitudes públicas de Moçambique resulta da falta de educação formal e do acesso aos órgãos de informação e à informação política. Para além disso, verificámos se cidadãos relativamente mal informados são capazes de usar meios mais experimentais, como os debates interpessoais, a frequência de reuniões de grupos ou o contacto com funcionários para ultrapassar os *deficits* cognitivos e obter informação adicional sobre política e questões públicas. Finalmente, examinámos se tem alguma importância os cidadãos usarem órgãos de informação, pertencerem a associações ou contactarem com funcionários alinhados com o Estado ou o partido no poder.

Os resultados apresentados na tabela 1 indicam que a informação política não é uma habilidade à toa para responder a perguntas do tipo das que se fazem nos concursos de cultura geral sobre trivialidades da política. Examinando a primeira coluna do tabela 1, podemos ver que a informação política em Moçambique deriva, em primeiro lugar, e mais destacadamente, da educação formal. Mas, mesmo tendo em conta o impacto da educação, ver programas informativos na televisão ou ouvindo-os na rádio (mas, notavelmente não lendo jornais) também tem uma contribuição importante, independente e positiva. Mas os resultados também demonstram que as pessoas sem educação formal ou que nunca fazem uso dos órgãos de informação conseguem ultrapassar parte do seu *deficit* informativo através de debates interpessoais pela adesão a grupos de acção colectiva e, surpreendentemente, pelo contacto com funcionários dos ministérios do governo.

Observando a primeira linha na tabela 1, podemos ver que a informação política é, por seu turno, um indício muito forte de várias outras variáveis importantes. Mesmo depois de considerar a grande divisão entre espaço rural e urbano em Moçambique, e a posição privilegiada daqueles que falam português, o conhecimento das pessoas que ocupam cargos e de factos sobre governação e democracia aumenta muito a capacidade dos Moçambicanos para dar opiniões sobre o desempenho do governo e sobre o regime democrático bem como a sua capacidade para formar preferências sobre regimes políticos ou para exigir democracia.

Como vimos acima, a educação formal, que pequenas minorias da população moçambicana possuem, representa um papel crucial para a sua informação sobre o sistema político. Mas, mesmo depois de acrescentar a informação política ao modelo, a educação formal continua a desempenhar um papel importante ao contribuir para a capacidade das pessoas para darem opiniões sobre o desempenho, para formarem preferências sobre o regime e exigirem democracia. Enquanto os noticiários de rádio e de televisão dão uma contribuição importante para o acumular de informação política, o uso dos órgãos de informação tem muito pouco efeito nos elementos cognitivos da cidadania ou nas atitudes em relação à democracia. A leitura de jornais contribui, de facto, para a exigência de democracia, mas aqueles que obtêm as informações a partir da televisão (que é largamente dominada pelo Estado) estão, de facto, menos comprometidos com a democracia.

O envolvimento cognitivo tem efeitos em muitas das variáveis dependentes verificadas nos vários modelos na tabela 1. Contudo, o interesse na política é quase sempre mais importante do que os debates interpessoais. Mas, enquanto o interesse é quase sempre uma parte importante da explicação, a sua contribuição para a cidadania democrática nem sempre é positiva.

O interesse pela política permite às pessoas dar mais opiniões e manifestar preferências, embora entre os entrevistados com opiniões, o interesse pela política reduza a probabilidade de eles darem opiniões críticas. E embora faça crescer a exigência de democracia, também faz crescer a tendência dos Moçambicanos para (sobre)valorizar o nível da democracia no país.

A nossa análise encontra poucas contribuições consistentes a partir de contactos interpessoais ou filiação organizacional. O ser participante de um grupo de desenvolvimento comunitário de facto permite às pessoas formarem opiniões sobre o desempenho do governo e a democracia, mas também leva aqueles que têm opiniões a serem menos

críticos do desempenho, e leva todos os participantes a, muito provavelmente, se aperceberem de uma oferta de democracia mais alta. Participar em reuniões da comunidade permite mais expressão mas também diminui o sentido de cidadania democrática crítica. E, embora aderir a grupos de acção colectiva contribua para o conhecimento político, também leva a opiniões menos críticas do desempenho. O único impacto positivo, com alguma consistência real, vem do contacto dos cidadãos com dirigentes religiosos. Ao contrário de todas as outras influências, aqueles cidadãos que mais frequentemente procuram dirigentes religiosos pedindo ajuda para resolver problemas importantes, são mais capazes de manifestar preferências sobre a democracia, mais provavelmente exigem democracia e mais provavelmente são democratas críticos.

De uma forma geral, os factores cognitivos explicam uma parte significativa da variação na informação política (R^2 ajustado = 0,242), e partes mais modestas de expressão sobre o desempenho (R^2 ajustado = 0,183) e regimes políticos (R^2 ajustado = 0,168) e cometimento com a democracia (R^2 ajustado = 0,116). Contudo, explicam pouco sobre se os Moçambicanos que têm opiniões são mais ou menos críticos.

TABELA 1: Consequências de consciência cognitiva e fontes alternativas de informação em Moçambique

	Informação política	Expressão (Oferta de Governação & Democracia)	Expressão (Comprometimento à Democracia)	Criticismo (Oferta de Governação)	Criticismo (Oferta de Democracia)	Comprometimento à Democracia	Oferta de Democracia
Consciência cognitiva							
Informação política	--	,211***	,190***		-,083*	,096**	,139***
Educação formal	,297***	,110***	,107**			,177***	
Notícias radiofónicas	,077**						
Notícias televisivas	,131***					-,080*	
Notícias de jornal			,072*			,096***	
Interesse pela política		,107***	,170***	-,093*	-,095**	,106***	,143***
Discussão política	,127***	,103***					
Fontes alternativas							
Membro, grupo religioso						,061***	
Membro, grupo de desenvolvimento		,058*		-,117*			,141***
Membro, sindicato		,087**					
Membro, grupo profissional		NS	,108***				
Participação em encontros comunitários		,103***	,085**				
Juntar-se a outros	,058*			-,125**	-,132***		
Contacto com líder religioso			,068**			,090***	
Contacto com funcionário do governo	,088**						
Contacto com líder tradicional					,072**		
Variáveis de controlo							
Rural	-,070*	-,183***	-,031 NS	-,068 NS	-,092*	-,089**	,070*
Português	-,003 NS	,002 NS	-,060*	-,060 NS	,066*	-,056 NS	-,038 NS
R ² Ajustado	,243	,183	,168	,045	,045	,116	,070
N	1.199	1.197	1.198	480	883	1.199	1.199

A tabela reporta coeficientes de regressão padronizados (Beta).

Explicações alternativas

Vamos agora considerar se as maneiras de ver as alternativas oferecem melhores explicações para o perfil distinto de opinião pública dos Moçambicanos. Prestámos uma atenção particular à questão de saber se o impacto dos factores cognitivos permanece ou diminui à medida que levamos essas outras explicações em conta.

Valores

Começámos por examinar o papel dos valores. Uma explanação culturalmente orientada argumentaria que o perfil moçambicano de “cidadania acrítica” está enraizado numa síndrome de orientações que é consequência das tradições indígenas e dois séculos de dominação portuguesa e que mina os valores necessários para uma sociedade democrática (Chazan 1993; Owuso 1992; Mamdani 1996; Etounga-Manguelle, 2000). Em primeiro lugar, a ênfase popular no bem colectivo combinada com a história do domínio tradicional podem conduzir as pessoas a considerarem-se como clientes, dependentes dos novos “homens grandes” patrimoniais para o seu bem-estar. Em segundo lugar, a ênfase popular no bem colectivo pode também significar que a geração de soluções justas é mais valorizada do que a legalidade. Em terceiro lugar, a natureza patriarcal de muitas políticas africanas pode minar o cometimento com a equidade. Em quarto lugar, a ênfase no consenso pode fazer surgir a intolerância da discórdia ou, pelo menos, a aceitação popular da repressão do governo sobre a sua expressão. E, finalmente, séculos de autocracia colonial podem levar as pessoas a considerarem-se passivas, sujeitos deferentes de forças externas em vez de agentes, ou cidadãos democráticos, com o direito de questionar a autoridade e de exigir a prestação de contas (Mattes & Shin 2005).

O Afrobarómetro fez uma série de perguntas para tocar nessas várias facetas da cultura política. Em conjunto, as respostas sugerem que as imagens sobre uma cultura política de sujeição, num lugar como Moçambique, podem necessitar de ser reconsideradas. Por exemplo, para se medir o clientelismo, o Afrobarómetro fez perguntas às pessoas sobre a quantidade de bem-estar que recebiam. Embora um número significativo de Moçambicanos continue a considerar-se como dependentes do Estado, estes números não são exagerados; pouco mais de metade (53%) concordam que “o governo deveria assumir a maior parte da responsabilidade pelo bem-estar das pessoas”. E só pouco mais de um terço (38%) concorda com o aspecto clássico do clientelismo, se-

gundo o qual: “Uma vez que estão no poder, os dirigentes são obrigados a ajudar a sua comunidade de origem”.

Para avaliar o apoio popular ao Estado de direito, fizemos três perguntas, cujas respostas formam um indicador válido e credível. Mais uma vez, é muito mais provável as pessoas apoiarem valores pró-democráticos do que se poderia pensar, com base na sabedoria convencional. Oito em cada dez disseram que concordam que “é importante obedecer ao governo que está no poder, sem ter em conta em quem você votou” (81%), e que “é melhor procurar soluções para os problemas dentro da lei, mesmo que demore mais tempo” (79%), e sete em cada 10 disseram que “o uso de violência nunca se justifica no contexto da política actual em Moçambique” (69%).⁴⁷

Ao contrário do que se pensa normalmente, a igualdade política e de género é também muito valorizada pelos Moçambicanos. Mais uma vez, 8 em cada 10 acham que “todos deveriam ter o direito de votar, mesmo se não entendem completamente todos os temas das eleições” (82%) e que “as mulheres deviam ter oportunidades iguais às dos homens para serem eleitas para cargos públicos” (81%), enquanto três quartos concordam que “as mulheres deviam ter direitos iguais e receberem tratamento igual aos homens” (só 14% concordam que: “as mulheres sempre estiveram sujeitas às leis e costumes tradicionais, e deveriam continuar sendo” (76%).⁴⁸

É claro que uma proporção significativamente menor de Moçambicanos apoia a liberdade de expressão. Dois terços (66%) concordam que “os órgãos noticiosos deviam ser livres para publicar qualquer notícia/informação que acharem apropriada sem receio de lhes fecharem as portas” (mas um quinto – 21% - diz que “o governo devia fechar os jornais que publicam notícias/informações erradas ou criticam o governo”). Pouco mais de metade (55%) de todos os entrevistados dizem que “as pessoas deviam poder expressar o que lhes passa pela cabeça sobre política, livres da influência do governo”, enquanto um terço (35%) apoia a opinião segundo a qual “o governo não devia permitir a expressão de opiniões políticas que são muito diferentes das opiniões da maioria”. E metade (49%) concorda que “devíamos poder associar-nos a qualquer organização, quer seja ou não aprovada pelo governo”, havendo acima de um terço (37%) que apoia a ideia de que “o governo devia poder banir qualquer organização que seja contra as suas políticas”.⁴⁹

Pensa-se, normalmente, que a cultura política num local como Moçambique ressoa muito mais fortemente no que diz respeito a valores públicos como intermediação dos cidadãos e o seu dever de manter os dirigentes responsáveis. Pouco mais de metade

(55%) diz que “deveríamos ser mais activos em questionar os nossos dirigentes sobre as suas acções”. E, quando se lhes perguntou quem era responsável por “tomar medidas para que, depois de eleitos, os membros do Parlamento ou deputados façam o seu trabalho”, só 8% e 11%, respectivamente, responderam que é tarefa dos “eleitores” exigir responsabilidade aos dirigentes. Em contraste, a resposta mais frequente foi de que isso era tarefa do Presidente (46% para o controlo dos deputados e 39% para o dos vereadores). Cerca de um quinto respondeu “o Parlamento” (21%) ou o “governo local” (21%) e cerca de um décimo apontou o partido político a que pertencem (10% e 11%, respectivamente).⁵⁰

Medo político e intimidação

De uma perspectiva completamente diferente poderíamos suspeitar que a razão para a tendência dos Moçambicanos evitarem dar opiniões e/ou, quando respondem, apresentarem versões cor-de-rosa do desempenho, não seja reflexo de valores profundos mas antes o medo político e a intimidação que permanece ao fim de uma década e meia de guerra civil e crescente domínio eleitoral do partido no poder. A fim de verificar o impacto do medo político e a percepção da intimidação nas respostas ao inquérito, começámos por perguntar às pessoas sobre a sua identificação partidária (73% disseram ser da Frelimo, substancialmente acima de 2003, 8% disseram ser da Renamo e 18% disseram que não se sentem próximos de nenhum partido político). Também perguntámos “quantas vezes” sentem que “as pessoas têm que ter cuidado com aquilo que dizem sobre a política”. Mais de dois terços responderam que as pessoas têm “sempre” ou “muitas vezes” que ter cuidado com o que dizem em Moçambique. Ao mesmo tempo, pouco menos de dois terços (63%) dizem que “a liberdade de dizer o que pensa” em Moçambique está melhor agora do que há uns anos. Finalmente, perguntámos às pessoas, como última pergunta do questionário: “Quem é que pensa que nos mandou para fazer esta entrevista?”. Bem acima de metade dos entrevistados achavam que o entrevistador tinha sido enviado pelo governo (57%).

Satisfação com o desempenho

Finalmente, uma terceira explicação alternativa pode simplesmente concluir que as apreciações optimistas dos Moçambicanos sobre o governo e o desempenho democrático

são simplesmente reflexo do facto de as coisas estarem, de facto, a melhorar – pelo menos em termos das experiências directas das pessoas normais. Portanto, virámo-nos para um leque de perguntas que verificam as experiências reportadas pelas pessoas em relação a uma série de desenvolvimentos económicos tais como a pobreza⁵¹, problemas económicos⁵², assim como a saúde⁵³ e perdas pessoais devidas a mortes relacionadas com a SIDA⁵⁴. Também identificámos uma série de medidas sobre a experiência das pessoas com fenómenos políticos tais como a existência de liberdade e de direitos⁵⁵, a facilidade com que conseguem trabalhar com os serviços públicos⁵⁶ e até que ponto são vítimas de exigências de suborno por burocratas e polícias.⁵⁷ Contudo, evitámos usar avaliações mais subjectivas de fenómenos mais distantes, tais como avaliações de desempenho ou percepções de corrupção no governo.

Discussão

Os resultados apresentados na tabela 2 demonstram que os valores contam. A pequena maioria dos Moçambicanos que dá valor à liberdade de expressão exigirá democracia muito mais provavelmente do que aqueles que apoiam a supressão pelo governo das opiniões dos dissidentes e menos provavelmente dirão que estão a viver numa democracia. Similarmente, os setenta e oitenta por cento de entrevistados que dão valor ao Estado de direito também mais provavelmente terão opiniões e exigirão democracia, embora não sejam tão críticos da democracia existente. Finalmente, a pequena maioria que acredita que os cidadãos devem questionar os dirigentes mais provavelmente terão opiniões, criticarão a democracia existente e exigirão democracia, do que os que dizem que se deve ter mais respeito pela autoridade.

Existe alguma prova do impacto de um medo explícito ou de uma pressão política mais implícita nas respostas dos inquiridos? Verificámos que havia uma maior probabilidade de os inquiridos que pensavam que o entrevistador pertencia a um órgão do governo darem uma opinião sobre a democracia e as suas alternativas, mas, por além disso, não foi identificada nenhuma diferença significativa. A mesma coisa aplica-se àqueles que disseram que não era seguro dizerem o que pensam sobre a política no país hoje. Também vimos que, para aqueles que sentem o nível de liberdade de expressão a declinar nos últimos anos, há menos probabilidade de exigirem democracia, mas, como veremos mais abaixo, o mesmo se passa com os que se apercebem do declínio em outros direitos e liberdades. Finalmente, observámos fortes impactos partidários

nos que se identificam com a Frelimo como sendo os que apresentam mais probabilidade de darem opiniões sobre o desempenho ou manifestarem preferências sobre o regime, mas menor probabilidade de dar opiniões críticas (em comparação com os não partidários). Os apoiantes da oposição apresentam também maior probabilidade de enunciar a sua preferência de regime (mais do que os não partidários) e ainda mais de criticar o desempenho do regime democrático.

Até que ponto é o perfil distinto de cidadania acrítica de Moçambique simplesmente o resultado das reais experiências dos cidadãos numa sociedade que melhora? Observámos que os Moçambicanos que sentem uma maior oferta de liberdade política e pensam que a economia nacional está a melhorar apresentam menor probabilidade de criticar a governação e a democracia existentes. E os que têm experiências positivas no seu relacionamento com os órgãos do Estado também têm menor probabilidade de serem críticos. Finalmente, os que foram vítimas de extorsão por parte de funcionários e da polícia têm maior probabilidade de dar opiniões críticas e exigir mais democracia (embora, estranhamente, apresentem também uma maior probabilidade de pensar que o país é democrático).

De uma forma geral, a adição de valores culturais, de percepções de medo político ou pressão e de experiências políticas e económicas aumenta grandemente a nossa capacidade para dar conta dos níveis de avaliação crítica entre os Moçambicanos com opiniões e da oferta de democracia que todos os entrevistados sentem. Mas os factores cognitivos mantêm um efeito forte (livre de todas estas influências) nos modelos que explicam a expressão, o cometimento à democracia e a oferta de democracia. A informação política continua a ser o factor mais importante na predição de expressão e, junto com a educação formal, continua a ter um grande impacto na exigência de democracia.

**TABELA 2: Atitudes em relação à Democracia em Moçambique:
comparação de factores cognitivos, culturais, políticos e de pressão**

	Expressão (Oferta de Governação & Democracia)	Expressão (Comprometimento à Democracia)	Criticismo (Oferta de Governação)	Criticismo (Oferta de Democracia)	Comprometimento à Democracia	Oferta de Democracia
Consciência cognitiva						
Informação política	,155***	,183***			,073*	,108***
Educação formal	,080*	,119***			,156***	-,061*
Interesse pela política	,148***	,074*		-,060*	,104***	,097***
Discussão política		,088*				
Fontes alternativas						
Membro, sindicato		,081**	-,092*		,071**	
Membro, grupo de negócios	,127***	,078**				
Participação em encontros comunitários		,084**				,112***
Juntar-se a outros			-,091*	-,086**		
Contacto com líder religioso	,089**				,084**	
Valores						
Liberdade de expressão (I)	,092***				,202***	-,070**
Estado de direito (I)	,121***	,090***		-,097***	,160***	,058*
Pessoas devem questionar líderes		,058*	,120**		,076**	
Líderes devem tratar todos igualmente					-,069**	
Experiências dos cidadãos						
Pobreza (I)	-,097***					
Perda pessoal por SIDA					,065*	
Condição económica pessoal (I)						,083*
Condição económica nacional (I)			-,148***	-,146***		,108***
Melhoria económica (I)				-,111***		,084**
Privação relativa			-,134***		-,053*	
Fácil trabalhar com Estado			-,143***	-		
Vitimização oficial (I)	,090***	,122***			,084***	,060*
Liberdades aumentadas (I)			-,245***	-,096***		,136***
Medo e intimidação						
Identificação com partido governante	,071*	,089**	-,147***			,068*
Identificação com oposição		,081**		,317***		-,148***
Menos liberdade de expressão					-,073**	
Vigiar o que diz		,099***				
Pensa que entrevistador é do governo		,106***				
Variáveis de controlo						
Rural	-,028NS	-,089***	-,025NS	-,037NS	-,053NS	-,049NS
Português	,051NS	-,002NS	-,043NS	,084**	-,033NS	-,045NS
R ² Ajustado	,188	,237	,248	,252	,201	,208
N	1.075	1.196	470	870	1.188	1.181

A tabela reporta coeficientes de regressão padronizados (Beta).

Sistema eleitoral

Finalmente, perguntámo-nos se os *deficits* cognitivos dos Moçambicanos em política terão sido exacerbados pela escolha que o país fez do seu sistema eleitoral. Porque os sistemas de representação proporcional em listas provinciais colocam um grande poder nas mãos dos dirigentes partidários, que controlam as listas, os legisladores sentem-se muito mais incentivados a agradar aos patrões do seu partido do que a qualquer grupo identificável de eleitores. Portanto, tanto os deputados como os cidadãos têm pouca motivação para se procurarem activamente uns pelos outros, para trocarem informações e aprenderem uns com os outros, quer através da expressão de preferências políticas, quer pela partilha de experiência de problemas.

Enquanto todos os modelos prévios, apresentados nas tabelas 1 e 2, tiveram o foco no interior de Moçambique, verificar o impacto de uma variável que afecta o país inteiro (como é o caso de um sistema eleitoral nacional) requer que alarguemos o âmbito da nossa análise para comparar os entrevistados em vários países (ver tabela 3). Quando isso é feito, descobrimos que, mesmo mantendo-se constante perante uma grande quantidade de factores cognitivos, culturais, partidários e relacionados com o desempenho, o sistema eleitoral tem um impacto muito importante. De facto, o sistema de listas de representação proporcional (medido aqui como uma variável muda, em que os sistemas maioritários uninominais são a categoria excluída) tem o maior impacto singular na informação política. Além do mais, o seu impacto é negativo. Por outras palavras, comparados com os cidadãos que vivem em sistemas círculos uninominais, os Africanos que vivem em países que usam a representação proporcional são, sistematicamente, menos capazes de indicar o nome do seu deputado (o que era de esperar). Mas, menos previsivelmente, são também menos capazes de dizer o nome correcto do seu representante local, do Presidente da Assembleia da República ou do maior partido no parlamento, qual o limite de mandatos do Presidente, ou de compreenderem o papel dos tribunais. E, talvez ainda mais importante, acima e para além do efeito do conhecimento político, o sistema de listas de representação proporcional também diminui a capacidade de as pessoas darem opiniões ou formarem preferências em questões de governação e democracia, assim como diminui a frequência com que aqueles que têm opiniões fazem avaliações críticas e diminui também o cometimento com a democracia.

**TABELA 3: Atitudes em relação à Democracia em África:
comparação de factores cognitivos, culturais, políticos, de pressão e do sistema eleitoral**

	Informação política	Expressão (Oferta de Governação & Democracia)	Expressão (Comprometimento à Democracia)	Criticismo (Oferta de Governação)	Criticismo (Oferta de Democracia)	Comprometimento à Democracia	Oferta de Democracia
Consciência cognitiva							
Informação política	X	,128	,140	,128	,066	,166	-,055
Educação formal	,308	,161	,112			,114	
Notícias radiofónicas	,089	,086	,103				
Notícias televisivas	,068		,076			,111	
Notícias de jornal	,071						
Interesse pela política			,059	-,062			
Discussão política	,090	,103	,061	,050		,085	
Fontes alternativas							
Membro, grupo de desenvolvimento			,053				
Participação em encontros comunitários	,088			-,066			
Contacto com vereador	,083						
Contacto com líder tradicional			,058				
Valores							
Igualdade (I)			,070		-,071	,054	
Liberdade de expressão (I)						,120	
Estado de direito (I)			,060		-,093	,151	,095
Prestação de contas (C)		,054	,083				
Pessoas devem questionar líderes						,073	
Experiência dos cidadãos							
Pobreza				,059	,064		
Perda pessoal por SIDA		,085					
Condições económicas pessoais (I)				-,164	-,146		,137
Melhoria económica (I)			-,055	-,252	-,141		,157
Privação relativa				-,073	-,059		
Fácil trabalhar com Estado				-,146			,059
Vitimização oficial (I)		,117					
Liberdades aumentadas (I)			,063	-,231	-,120		,135
Medo e intimidação							
Identificação com partido governante	,138			-,156	-,169		,148
Identificação com oposição	,080		,070			,053	
Menos liberdade de expressão					,094	-,071	-,071
Pensa que entrevistador é do governo		,080					
Sistema eleitoral							
Lista de representação proporcional	-,311	-,092			-,075	-,135	,073
Sistema misto	-,185				-,064	,061	
Variáveis de controlo							
Rural	,000NS	-,004NS	-,055***	-,046***	-,017NS	-,034NS	-,043NS
R ² Ajustado	,360	,179	,177	,426	,262	,233	,236
N	20.343	21.264	18.047	8.925	13.128	20.317	21.508

A tabela reporta coeficientes de regressão padronizados (Beta).

Embora seja claramente necessária mais pesquisa para verificar esta descoberta fascinante e cheia de consequências, parece que o sistema de listas de representação proporcional em Moçambique (e noutros sistemas políticos desenhados de forma similar) teve o efeito de “esvaziar” o corpo político. Para além de simplesmente reduzir os incentivos à interacção e aprendizagem mútua, de remover qualquer relação clara entre os representantes eleitos e eleitorados geograficamente identificados, ele elimina um importante “gancho cognitivo” com o qual os cidadãos poderiam, de outra forma, ter um controlo mais firme do processo político e no qual poderiam articular outras peças de informação sobre o governo e as questões públicas. Os deputados, nos sistemas baseados em círculos eleitorais uninominais, constituem “instituições de ligação” centrais, que põem os cidadãos em contacto (especialmente os das zonas rurais profundas) com o Estado (Barkan 1995).

Conclusão

Demonstrámos que os Moçambicanos exibem uma estrutura distinta e problemática de atitudes públicas em relação à democracia e à governação. Este perfil de cidadania acrítica é caracterizado por baixos níveis de informação política, relativamente altos níveis de respostas “não sei” e extremamente positivas (e possivelmente irreflectidas) avaliações entre os que têm opiniões. Esta síndrome é acompanhada por altos níveis de satisfação com o nível da democracia existente, justapostos a baixos níveis de exigência dela. Com base nas estimativas populares de que o seu cesto de mercadorias económicas e políticas é agora maior do que há poucos anos, os Moçambicanos estão satisfeitos com o progresso da experiência democrática moçambicana. No entanto, o paradoxo é que este optimismo não chega a criar uma exigência generalizada de democracia.

Estabelecemos que uma série de factores cognitivos (informação política, educação formal e interesse pela política) têm um impacto importante, mesmo depois de ter em conta o impacto considerável dos valores, nas capacidades dos Moçambicanos para dar opiniões e formar preferências e na forma como se apercebem da democracia que têm e na exigência de democracia. Estes resultados sugerem que uma grande parte do destino da inexperiente democracia moçambicana residirá na velocidade e grau com os quais o governo e os doadores forem capazes de expandir as oportunidades educacionais e o acesso aos órgãos de informação, particularmente aos independentes, para construir capacidades críticas no corpo político. Finalmente, encontrámos forte evidência de

que Moçambique escolheu um sistema eleitoral que não faz nada para reverter, e provavelmente exacerba, os efeitos deletérios de uma sociedade de baixa informação. Ao remover quaisquer ligações identificáveis entre os votantes e os representantes eleitos, as listas de representação proporcional parecem reduzir a capacidade dos cidadãos (ou o incentivo) para aprenderem outros factos-chave sobre o sistema político e, portanto, reduzem a sua capacidade (ou incentivo) para dar opiniões e exigir democracia. Consequentemente, uma reforma eleitoral também devia ocupar um lugar central na agenda de reformas dos democratas moçambicanos.

Notas

³¹ O Afrobarómetro é um inquérito de opinião pública que se realiza periodicamente em 18 países africanos.

³² Para uma excelente apreciação sobre esta literatura, ver Evans e Rose (2007: 2-6).

³³ A análise factorial identificou dois factores, o primeiro dos quais explica 36,2% da variância total com um eigenvalue de 2,17. O grau de fiabilidade do índice (Alpha de Cronbach = 0,64) é aceitável (n=22.600). Uma comparação entre perguntas sobre conhecimento de dirigentes políticos com pesquisas anteriores também sugere um alto nível de fiabilidade.

³⁴ A análise factorial identificou cinco factores, o primeiro dos quais explica 40,1% da variância total com um eigenvalue de 8,03. O grau de fiabilidade do indicador (Alpha de Cronbach = 0,91) é muito alto (n=22.600).

³⁵ A análise factorial identificou dois factores, o primeiro dos quais explica 43,9% da variância total com um eigenvalue de 2,20. O grau de fiabilidade do indicador (Alpha de Cronbach = 0,62) é aceitável (n=22.600).

³⁶ Esta distinção é inspirada pelo trabalho de William Mishler e Richard Rose (1997) que chamaram a atenção para a importância desse tipo de diferenças no outro extremo da escala, fazendo a distinção entre falta de confiança, cepticismo e fé cega para compreender como os europeus da Europa Central e de Leste viam as instituições do período pós-comunista.

³⁷ A análise factorial identificou cinco factores, o primeiro dos quais explica 35% da variância dos factores comuns com um eigenvalue de 8,40. O grau de fiabilidade do indicador (Alpha de Cronbach = 0,91) é muito alto (n=22.600).

³⁸ A análise factorial extraiu um único factor sem rotação (eigenvalue = 2,00) que explica 66,7% da variância comum. O grau de fiabilidade do índice (Alpha de Cronbach = 0,74) é alto (n=22.600).

- ³⁹ Os dois itens apresentam uma correlação suficiente (r de Pearson = 0,61) e fiável (Alpha de Cronbach = 0,76) para permitir a construção de um valor médio ($n=22.600$).
- ⁴⁰ A análise factorial identificou um único factor sem rotação (eigenvalue = 1,88) que explica 46,9% da variância comum. O grau de fiabilidade do índice (Alpha de Cronbach = 0,62) é aceitável ($n=22.600$).
- ⁴¹ Em outros países, tais como o Senegal e o Mali, foi observado que a expressão “escolaridade informal” reflecte, em grande medida, a escolaridade corânica islâmica. Contudo, em Moçambique, a probabilidade de os muçulmanos terem beneficiado de “escolaridade informal” não é maior do que entre os cristãos.
- ⁴² Após a independência, muitos trabalhadores qualificados portugueses abandonaram o país devido às políticas de nacionalização da Frelimo, deixando a administração pública sem capital humano qualificado. Para manter as instituições a funcionar, o governo da Frelimo contratou trabalhadores qualificados da União Soviética. Estudantes, com a escola secundária, mas sem formação como professores, foram obrigados a ser professores.
- ⁴³ Nativos assimilados eram aqueles que tinham sido socializados - ou obrigados a adoptar - na cultura ocidental. Muitos eram mulatos, filhos de uniões entre pais portugueses e mulheres moçambicanas.
- ⁴⁴ A infra-estrutura escolar existente foi destruída e todos os jovens, com 17 anos ou mais velhos, tinham de fazer serviço militar obrigatório no exército. Em finais de 1980, os guerrilheiros da Renamo controlavam dois terços do país deixando o governo confinado às capitais provinciais. Nessas cidades, as poucas vagas nas escolas eram reservadas para os estudantes com mais sucesso nos estudos. Outros estudantes perdiam as suas vagas em favor de estudantes mais jovens ou eram transferidos para a escolaridade nocturna, alternativa. Embora a escolaridade nocturna tentasse ser mais inclusiva, muitas vezes não conseguia funcionar devido aos constantes cortes de energia em muitas cidades capitais. Algumas cidades chegaram a passar até 6 meses sem electricidade.
- ⁴⁵ Contudo, Moçambique não é melhor que esses países em termos de frequência do ensino secundário.
- ⁴⁶ Uma nova Lei de Imprensa está neste momento a ser elaborada pelo Gabinete de Informação do governo, segundo a qual todos os jornalistas deverão estar registados junto do governo e serem portadores de um cartão oficial (Mosse, 2007).
- ⁴⁷ A análise factorial identificou um único factor sem rotação (eigenvalue = 1,58) que explica 52,6% da variância comum. O nível de fiabilidade do índice (Alpha de Cronbach = 0,55) é aceitável ($n=21.592$).
- ⁴⁸ A análise factorial identificou um único factor sem rotação (eigenvalue = 1,54) que explica 51,2% da variância comum. O nível de fiabilidade do índice (Alpha de Cronbach = 0,51) é baixo e no limite do aceitável ($n=20.389$).
- ⁴⁹ A análise factorial identificou um único factor sem rotação (eigenvalue = 1,58) que explica 52,8% da variância comum. O nível de fiabilidade do índice (Alpha de Cronbach = 0,55) é aceitável ($n=21.588$).

- ⁵⁰ Os dois itens apresentam uma forte correlação (r de Pearson = 0,74) e são fortemente fiáveis (Alpha de Cronbach = 0,84) permitindo a criação de um valor médio ($n=21.600$).
- ⁵¹ As perguntas questionavam as pessoas sobre quantos dias, durante o ano anterior, tinham ficado sem comida, sem água, sem cuidados de saúde, sem combustível para cozinhar, e sem um rendimento em dinheiro. A análise factorial identificou um único factor sem rotação (eigenvalue = 2,59) que explica 51,9% da variância comum. O nível de fiabilidade do índice (Alpha de Cronbach = 0,77) é muito alto ($n=21.562$).
- ⁵² Três perguntas verificavam as actuais condições pessoais de vida, durante o ano anterior e em comparação com outras pessoas. A análise factorial identificou um único factor sem rotação (eigenvalue = 1,80) que explica 60,3% da variância comum. O nível de fiabilidade do índice (Alpha de Cronbach = 0,67) é muito alto ($n=21.536$). Duas perguntas mediam a impressão das pessoas sobre as condições económicas nacionais actuais e ao longo do ano anterior. Os dois itens estão suficientemente correlacionados (r de Pearson = 0,41) e são fiáveis (Alpha de Cronbach = 0,58) permitindo a construção de um valor médio ($n=21.580$). Finalmente, dois itens mediam as expectativas das pessoas de melhorias quer nas suas vidas pessoais quer na economia nacional. Os dois itens apresentam uma forte correlação (r de Pearson = 0,77) e a fiabilidade (Alpha de Cronbach = 0,87) é muito alta ($n=21.586$).
- ⁵³ As questões perguntavam às pessoas quantos dias de trabalho tinham perdido no mês anterior devido a problemas de saúde e com que frequência se tinham sentido cansados ou exaustos devido a preocupações ou ansiedade. Os dois itens mostram uma forte correlação (r de Pearson = 0,59) e grande fiabilidade (Alpha de Cronbach = 0,74) permitindo a construção de um valor médio ($n=21.592$).
- ⁵⁴ A pergunta era se a pessoa conhecia um amigo próximo ou parente que tivesse morrido de SIDA.
- ⁵⁵ Quatro perguntas inquiriam as pessoas sobre se eram agora mais livres para aderirem a organizações do que há uns anos, ou para votar como quisessem e se se consideravam mais livres do crime e das detenções arbitrárias. A análise factorial identificou um único factor sem rotação (eigenvalue = 2,38) que explica 59,7% da variância comum. O nível de fiabilidade do índice (Alpha de Cronbach = 0,76) é muito alto ($n=21.577$).
- ⁵⁶ Cinco perguntas inquiriam as pessoas até que ponto consideravam fácil obter documentos de identificação, serviços e tratamento médico de órgãos do Estado, vaga nas escolas para os filhos e ajuda por parte da polícia. A análise factorial identificou um único factor sem rotação (eigenvalue = 2,10) que explica 42% da variância comum. O nível de fiabilidade do índice (Alpha de Cronbach = 0,65) é aceitável ($n=21.577$).
- ⁵⁷ Cinco perguntas inquiriam os entrevistados quantas vezes, durante o ano anterior, tiveram que pagar um suborno para conseguir um documento de identidade, uma vaga na escola para os filhos, serviços, tratamento médico ou para evitar um problema com a polícia. A análise factorial identificou um único factor sem rotação (eigenvalue = 2,52) que explica 50,4% da variância comum. O nível de fiabilidade do índice (Alpha de Cronbach = 0,75) é alto ($n=21.584$).

Referências

Almond, G. & Verba, S. 1963. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University Press.

Barkan, J. 1995. Elections in Agrarian Societies. *Journal of Democracy*, 6 (4), 106-116.

Barro, R. J. & Lee, J.-W. 2000. International Data on Educational Attainment: Updates and Implications. CID working paper nº 2. Cambridge MA: Center for International Development. Disponível em:

http://devdata.worldbank.org/edstats/ThematicDataOnEducation/CountryData/total_age15.xls (consultado a 22 de Março de 2007).

Bratton, M., Mattes, R. & Gyimah-Boadi, E. 2005. *Public Opinion, Democracy and Market Reform in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.

Chazan, N. 1993. African Political Culture and Democracy. In *Political Culture and Democracy in Developing Countries*. Diamond, L. ed. Boulder CO: L. Rienner Publishers.

Diamond, L. 2002. Elections without Democracy: Thinking about Hybrid regimes. *Journal of Democracy*, 13 (2), 21–35.

Etounga-Manguelle, D. 2000. Does Africa Need a Cultural Adjustment Program? In *Culture Matters: How Values Shape Human Progress*. Lawrence Harrison, L. & Huntington, S. eds. New York: Basic Books, 65-76.

Evans, G. & Rose, P. 2007. Support for democracy in Malawi: Does schooling matter? *World Development*, 35 (5), 904-919.

Freedom House. 2005. *Map of Freedom in the World*. Disponível em:

<http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=363&year=2005> (consultado a 22 de Março de 2007).

Gunther, R., Montero, J. R. & Torcal, M. 2006. Democracy and Intermediation: Some Attitudinal and Behavioral Dimensions. In Gunther, R., Montero, J. R. & Puhle H. eds. *Democracy, Intermediation and Voting on Four Continents*. Oxford: Oxford University Press.

Inglehart, R. & Welzel, Ch. 2005. *Modernization, Cultural Change and Democracy: The Human Development Sequence*. Cambridge: Cambridge University Press.

Inkeles, A. & Smith, D. 1974. *Becoming Modern: Individual Changes in Six Developing Societies*. Cambridge: Cambridge University Press.

Lipset, S. M. 1959. Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Development. *American Political Science Review*, 53, 69-105.

Lupia, A. & McCubbins, M. 2000. The Institutional Foundations of Political Competence: How Citizens Learn What They Need to Know. In Lupia, A., McCubbins, M. & Popkin, S. eds. *Elements of Reason: Cognition, Choice and the Bounds of Rationality*. Cambridge: Cambridge University Press.

Mamdani, M. 1996. *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Princeton: Princeton University Press.

Mattes, R. & Shin, D. C. 2005. The Democratic Impact of Cultural Values in Africa and Asia: The Cases of South Korea and South Africa. Afrobarometer Working Paper, n° 50. Cape Town: UCT-Afrobarometer.

Mattes, R. & Bratton M. 2007. Learning About Democracy in Africa: Awareness, Performance and Experience. *American Journal of Political Science* 51 (1), 192-217.

Mishler, W. & Rose, R. 1997. Trust, Distrust and Skepticism: Popular Evaluations of Civil and Political Institutions in Post-Communist Societies. *Journal of Politics*, 59 (2), 418-451.

Mosse, M. 2007. Tendências Contra o Pluralismo dos Media em Moçambique. *Alerta Número 1*. Maputo: Centro de Integridade Pública.

Norris, P. 1999. Introduction: The Growth of Critical Citizens? In Norris, P. ed. *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press.

Owusu, M. 1992. Democracy and Africa: A View From the Village. *Journal of Modern African Studies*, 30 (3), 369-396.

Pereira, J. & Shenga, C. 2005. *Strengthening Parliamentary Democracy in SADC Countries: Mozambique Country Report*. Pretoria: South African Institute of International Affairs.

Popkin, S. 1994. *The Reasoning Voter: Communication and Persuasion in Presidential Campaigns*. Chicago: University of Chicago Press.

Richardson, B. & Beck, P. 2006. The Flow of Information: Personal Discussants, the Media and Partisans. In Gunther, R., Montero, J. R. & Puhle, H-J. eds. *Democracy, Intermediation and Voting on Four Continents*. Oxford: Oxford University Press.

Shenga, C. 2007. *Commitment to Democracy in Mozambique: Performance Evaluations and Levels and Sources of Information: Evidence from Round 2 of Afrobarometer Survey Data*. Cape Town: University of Cape Town (M.A. Thesis).

Transparency International. 2005. Annual Report. Disponível em:
http://www.transparency.org/publications/publications/annual_reports/annual_report_2005 (consultado em 22 de Março de 2007).

World Bank. 2005. *World Bank Development Report*. Washington D.C.: World Bank.

World Bank. 2008. *Data and Statistics: ICT at a Glance Tables*. Disponível em:
<http://web.worldbank.org/WEBSITE/EXTERNAL/DATA/Statistics> (consultado em 22 de Março de 2007).